

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Artes e Comunicação

Curso de Arquitetura e Urbanismo

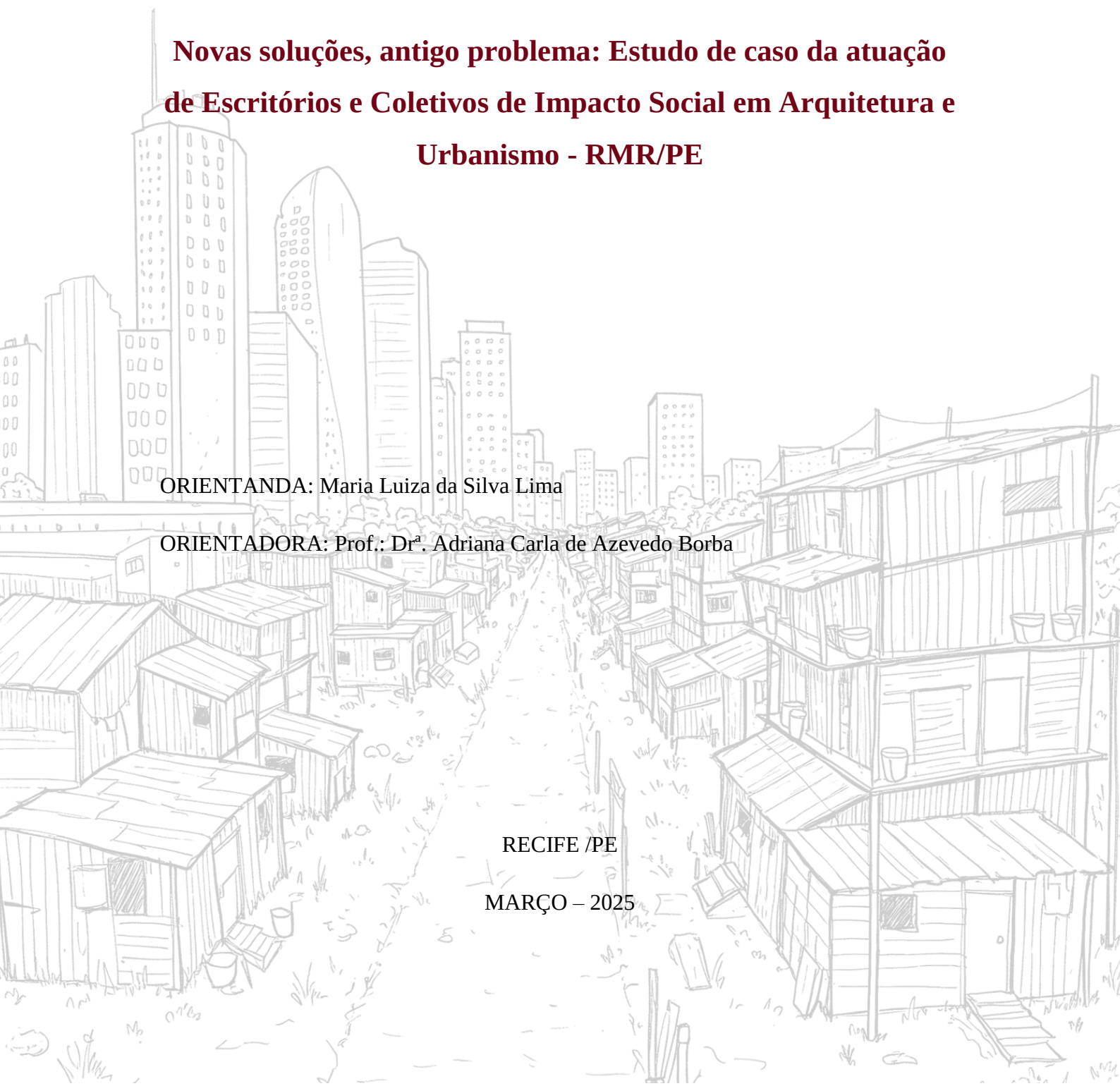
**Novas soluções, antigo problema: Estudo de caso da atuação
de Escritórios e Coletivos de Impacto Social em Arquitetura e
Urbanismo - RMR/PE**

ORIENTANDA: Maria Luiza da Silva Lima

ORIENTADORA: Prof.: Dr^a. Adriana Carla de Azevedo Borba

RECIFE /PE

MARÇO – 2025



ORIENTANDA: Maria Luiza da Silva Lima

**Novas soluções, antigo problema: Estudo de caso da atuação
de Escritórios e Coletivos de Impacto Social em Arquitetura e
Urbanismo - RMR/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo,
como parte dos pré-requisitos necessários à
obtenção do título de Bacharel em Arquitetura
e Urbanismo da Universidade Federal de
Pernambuco.

RECIFE /PE

MARÇO – 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Maria Luiza da Silva.

Novas soluções, antigo problema: Estudo de caso da atuação de Escritórios e Coletivos de Impacto Social em Arquitetura e Urbanismo - RMR/PE / Maria Luiza da Silva Lima. - Recife, 2025.

132 p. : il., tab.

Orientador(a): Adriana Carla de Azevedo Borba

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Direito à Cidade. 2. Arquitetura de Interesse Social. 3. Negócio de Impacto . I. Borba , Adriana Carla de Azevedo. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Maria Luiza da Silva Lima

**Novas soluções, antigo problema: Estudo de caso da atuação
de Escritórios e Coletivos de Impacto Social em Arquitetura e
Urbanismo - RMR/PE**

Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos pré-requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

APROVADA EM: / /2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Adriana Carla de Azevedo Borba (UFPE)
(ORIENTADORA)

Prof. Dr. Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato (UFPE)
(MEMBRO INTERNO)

Prof. M.a Emanuelle Albuquerque de Oliveira Souza (IFRN)
(MEMBRO EXTERNO)

AGRADECIMENTOS

Ingressar no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco parecia um sonho distante a alguns anos atrás, e chegar neste momento de conclusão de curso tem um grande valor simbólico. E eu não poderia deixar de agradecer a todos que diretamente ou indiretamente me auxiliaram a chegar até aqui.

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças em todos os momentos que pensei não ser capaz de superar. A toda a minha família, pelo apoio durante esses anos e por vibrar pelas minhas conquistas. Em especial a minha mãe, por me acalmar nos momentos de desespero e aos meus avós por todas as orações direcionadas a mim, sem vocês eu não teria chegado até este momento!

Agradeço imensamente a minha orientada, a professora Adriana Borba, que antes mesmo de assumir este papel, já havia me guiado na escolha deste tema, através da disciplina de Empreendedorismo. E não poupou esforços em me auxiliar durante a produção do TC, com toda certeza tornando o processo mais leve e organizado. Muito obrigada por toda dedicação e carinho comigo!

Às amigas que a faculdade me proporcionou, em especial ao meu GE 08, Luana, Larissa, Christopher, João Victor e Bruna, obrigada por deixarem meus dias mais leves, mesmo no auge dos momentos mais caóticos do curso. Agradeço também a todos os professores que auxiliaram no meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Meu muito obrigada também a todos os membros do Arquitetura Faz Bem, Massapê, Abra Arquitetura, Dona Obra, Atelier Vivo e CAUS Cooperativa, que disponibilizaram um momento do seu tempo para participarem das entrevistas, e que foram essenciais no desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que me ajudaram a chegar até aqui, os meus sinceros agradecimentos, sem vocês nada disso seria possível!

**“Estas pessoas, “excluídas” da sociedade humana,
não deixam, entretanto, de ser humanas”**

(KEHL, Luis. Breve história das favelas)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender qual o papel dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo na busca por dignidade e conforto para a população de baixa renda, mais especificamente na Região Metropolitana do Recife (RMR). Logo, a monografia fundamenta-se em 05 (cinco) objetivos específicos, que são: Analisar o nicho da arquitetura de interesse social na RMR; entender a necessidade do direito à cidade para as pessoas, e como este se rebate na atual precariedade das construções em comunidades da RMR; compreender a atuação de escritórios e coletivos de impacto social em arquitetura e urbanismo junto à realidade da RMR; elaborar mapeamento do quantitativo de projetos sociais realizados pelos escritórios e coletivos; por fim analisar alguns projetos de interesse social realizados pelos escritórios e coletivos entrevistados. Tais objetivos levaram em consideração a desigualdade social no Brasil, que não é um problema atual. Quando se analisa o processo de favelização no país, ainda no século XIX, é possível perceber o quanto a segregação sócio espacial interferiu no processo de urbanização das cidades, onde grande parte da população não teve acesso aos direitos básicos e moradia digna. A insatisfação da população levantou a pauta da Reforma urbana, que ganhou força no século seguinte, resultando no Movimento Nacional pela Reforma Urbana, em 1985. É inegável que a luta pelo direito à cidade e a moradia trouxeram avanços importantes, como a criação de programas e projetos de habitação de interesse social; e a promulgação de leis como o Estatuto da Cidade e a Lei da Assistência Técnica. Porém, a realidade brasileira em relação à arquitetura de inclusão social ainda está longe do ideal. Nesse contexto, surgem arquitetos e urbanistas que insatisfeitos com tal situação, optam por atuar no nicho de escritórios populares e coletivos sociais, causando um impacto significativo na vida das pessoas de baixa renda. Assim, é possível identificar 03 (três) problemáticas principais que pautaram esta pesquisa, que são: A dificuldade da população de baixa renda ter acesso a arquitetos; a dificuldade de os arquitetos acessarem a população de baixa renda e a falta de direito à cidade. Portanto justifica-se a necessidade de pesquisar e debater sobre o assunto, tendo em vista que é de extrema importância não apenas para a população de baixa renda, mas para todos os que vivem a cidade independente da classe social, intelectual, política ou econômica – tratando-se, portanto, de um direito constitucional. No tocante às etapas do trabalho, foi empregada a pesquisa bibliográfica com leitura e fichamento de obras para a formação do referencial teórico; o mapeamento dos escritórios e coletivos focados em arquitetura de inclusão social na Região Metropolitana do Recife; a elaboração de roteiro para as entrevistas com escritórios e coletivo; entrevistas com estes escritórios e coletivos; análise quantitativa dos dados coletados e análise qualitativa de alguns projetos desenvolvidos por estes escritórios e coletivos; e a análise dos dados coletados. Por fim, os resultados obtidos com tais análises demonstrarão como o trabalho realizado por meio de Arquitetura e Urbanismo de inclusão social é capaz de impactar positivamente a vida das pessoas de baixa renda, fato que fortalece a importância dos escritórios e coletivos abordados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Direito à cidade; Arquitetura de interesse social; Negócio de Impacto.

Número de páginas: 132.

ABSTRACT

The general aim of this research is to understand the role of architecture and urban planning professionals in the search for dignity and comfort for the low-income population, specifically in the Metropolitan Region of Recife (MRR). Therefore, the monograph is based on five (5) specific objectives, which are: To analyze the niche of architecture of social interest in the MRR; to understand the need for the right to the city for people, and how this impacts on the current precariousness of buildings in communities in the MRR; to understand the work of offices and collectives with a social impact on architecture and urbanism in the reality of the MRR; to map the number of social projects carried out by offices and collectives; and finally to analyze some projects of social interest carried out by the offices and collectives interviewed. These objectives took into account social inequality in Brazil, which is not a current problem. When we look at the process of favelization in the country, back in the 19th century, we can see how much socio-spatial segregation interfered in the process of urbanizing cities, where a large part of the population did not have access to basic rights and decent housing. The population's dissatisfaction raised the issue of urban reform, which gained momentum in the following century, resulting in the National Movement for Urban Reform in 1985. It is undeniable that the struggle for the right to the city and to housing has brought important advances, such as the creation of social housing programs and projects; and the enactment of laws such as the City Statute and the Technical Assistance Law. However, the Brazilian reality in terms of social inclusion architecture is still far from ideal. In this context, architects and urban planners emerge who, dissatisfied with this situation, choose to work in the popular office niche and social collectives, causing a significant impact on the lives of low-income people. Thus, it is possible to identify 03 (three) main problems that guided this research, which are: The difficulty of the low-income population having access to architects; the difficulty of architects accessing the low-income population and the lack of right to the city. This justifies the need to research and debate the subject, given that it is extremely important not only for the low-income population, but for everyone who lives in the city, regardless of social, intellectual, political or economic class - and is therefore a constitutional right. With regard to the stages of the work, we used bibliographical research, reading and summarizing works to form the theoretical framework; mapping offices and collectives focused on social inclusion architecture in the Metropolitan Region of Recife; drawing up a script for interviews with offices and collectives; interviews with these offices and collectives; quantitative analysis of the data collected and qualitative analysis of some projects developed by these offices and collectives; and analysis of the data collected. Finally, the results obtained from these analyses will demonstrate how the work carried out through Architecture and Urbanism for social inclusion is capable of positively impacting the lives of low-income people, a fact that strengthens the importance of the offices and collectives addressed in this research.

Keywords: Right to the city; Architecture of social interest; Impact Business.

Number of pages: 132.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cortiço Cabeça-de-porco	18
Figura 2 - Morro da Providência em 21/05/1966	19
Figura 3 - Manifestação em defesa da Reforma Urbana	22
Figura 4 - Área de deslizamento causado por fortes chuvas no Recife em 2022	24
Figura 5 - Manifestação em defesa da Ocupação Zezéu Ribeiro e Norma Lúcia	25
Figura 6 - Manifestação do MTST por moradia popular em São Paulo.....	26
Figura 7 - Mobilização do MLB.....	27
Figura 8 - Manifestantes em frente aos galpões do Cais José Estelita	28
Figura 9 - Linha do tempo Séc. XIX - Anos 2010	29
Figura 10 - Habitações construídas através do Programa Pró-Moradia	32
Figura 11 - Habitações construídas através do PMCMV	33
Figura 12 - Execução do projeto de Cajueiro Seco	42
Figura 13 - Diagrama Arquitetura Faz Bem	57
Figura 14 - Diagrama Abra Arquitetura	57
Figura 15 - Diagrama Dona Obra	57
Figura 16 - Diagrama Massapê.....	57
Figura 17 - Diagrama Atelier Vivo.....	58
Figura 18 - Vista superior Praça de Entra Apulso antes da intervenção	64
Figura 19 - Praça de Entra Apulso antes da intervenção	64
Figura 20 - Perspectiva do projeto para Praça de Entra Apulso	65
Figura 21 - Planta geral do projeto para Praça de Entra Apulso	65
Figura 22 - Zoneamento do projeto para Praça de Entra Apulso	65
Figura 23 - Vista superior do projeto para Praça de Entra Apulso.....	66
Figura 24 - Perspectiva com pergolado, brinquedos e quadra no projeto para Praça de Entra Apulso	66
Figura 25 - Perspectiva da quadra no projeto para Praça de Entra Apulso	66
Figura 26 - Vista superior da Praça de Entra Apulso finalizada	67
Figura 27 - Cozinha/Banheiro na casa de Dalva antes da intervenção.....	69
Figura 28 - Quarto na casa de Dalva antes da intervenção.....	69
Figura 29 - Planta baixa do projeto A Casa de Dalva	70
Figura 30 - Corte do projeto A Casa de Dalva	70

Figura 31 - Cozinha/Sala da Casa de Dalva finalizada	70
Figura 32 - Quarto e Banheiro da Casa de Dalva finalizada	71
Figura 33 - Banheiro da Casa de Dalva finalizada	71
Figura 34 - Fachada da Casa de Dalva finalizada	72
Figura 35 - Localização da Praça da Paz	74
Figura 36 - Praça da Paz antes da requalificação	74
Figura 37 - Praça da Paz antes da requalificação	75
Figura 38 - Praça da Paz antes da requalificação	75
Figura 39 - População usufruindo a Praça da Paz depois da requalificação	75
Figura 40 - Novos brinquedos instalados na Praça da Paz com a requalificação.....	76
Figura 41 - Novos brinquedos instalados na Praça da Paz com a requalificação.....	76
Figura 42 - Localização da Horta Comunitária em Santa Luzia	78
Figura 43 - Mutirão para limpeza e fertilização da Horta Comunitária em Santa Luzia	79
Figura 44 - Mutirão para construção de cercas da Horta Comunitária em Santa Luzia.	79
Figura 45 - Antes e Depois da Horta Comunitária em Santa Luzia	79
Figura 46 - Antes e Depois da Horta Comunitária em Santa Luzia	80
Figura 47 - Antes e Depois da Horta Comunitária em Santa Luzia	80
Figura 48 - Horta Comunitária em Santa Luzia finalizada.....	81
Figura 49 - Banheiro de Virgilina antes da reforma	83
Figura 50 - Cozinha de Virgilina antes da reforma	83
Figura 51 - Banheiro de Virgilina depois da reforma.....	84
Figura 52 - Nova lavanderia de Virgilina depois da reforma	84
Figura 53 - Cozinha de Virgilina depois da reforma	85
Figura 54 - Localização do Campo de Futebol em Rio Doce	87
Figura 55 - Campo de Futebol em Rio Doce antes da intervenção	87
Figura 56 - Projeto Campo de futebol em Rio Doce	88
Figura 57 - Projeto Campo de futebol em Rio Doce	88
Figura 58 - Voluntários trabalhando em mutirão para a execução do Campo de futebol em Rio Doce	88
Figura 59 - Voluntários trabalhando em mutirão para pintura do Campo de futebol em Rio Doce	89
Figura 60 - Campo de futebol em Rio Doce finalizado.....	89
Figura 61 - Quarto de Dona Lourdes antes da reforma	91
Figura 62 - Quarto de Dona Lourdes antes da reforma	91

Figura 63 - Banheiro de Dona Lourdes antes da reforma.....	92
Figura 64 - Banheiro de Dona Lourdes antes da reforma.....	92
Figura 65 - Quarto de Dona Lourdes depois da reforma.....	92
Figura 66 - Quarto de Dona Lourdes depois da reforma.....	93
Figura 67 - Banheiro de Dona Lourdes depois da reforma	93
Figura 68 - Banheiro de Dona Lourdes depois da reforma	93
Figura 69 - Banheiro de Dona Nilma antes da reforma.....	95
Figura 70 - Banheiro de Dona Nilma antes da reforma.....	96
Figura 71 - Banheiro de Dona Nilma depois da reforma	96
Figura 72 - Banheiro de Dona Nilma depois da reforma	97
Figura 73 - Localização da Praça da Paz	99
Figura 74 - Praça da Paz antes da intervenção	99
Figura 75 - Workshop de design-build com líderes comunitários guiando o processo de Masterplan	99
Figura 76 - Voluntários trabalhando na execução de um mural na Praça da Paz.....	100
Figura 77 - Praça da Paz finalizada	100
Figura 78 - Praça da Paz finalizada	100
Figura 79 - Localização da Ocupação Leonardo Cisneiros.....	102
Figura 80 - Voluntário trabalhando na ação realizada na Ocupação Leonardo Cisneiros	103
Figura 81 - Cozinha coletiva com estrutura móvel e módulos independentes construída na ação	103
Figura 82 - Mobiliário de permanência construído na ação	104
Figura 83 - Mobiliário de permanência construído na ação	104
Figura 84 - Localização do Complexo do Manguirão	106
Figura 85 - Demolição da quadra do Manguirão.....	107
Figura 86 - Complexo do Manguirão no ano de 2019.....	107
Figura 87 - Complexo do Manguirão no ano de 2019.....	107
Figura 88 - Simulação de arborização do Complexo de Lazer do Manguirão	108
Figura 89 - Simulação do parquinho na área do Complexo de Lazer do Manguirão .	108
Figura 90 - Simulação de quadra poliesportiva na área do Complexo de Lazer do Manguirão.....	108
Figura 91 - Simulação de área para prática de exercícios físicos no Complexo de Lazer do Manguirão.....	109

Figura 92 - Simulação de área de estar na área do Complexo de Lazer do Mangueirão	109
Figura 93 - Simulação de pátio de eventos na área do Complexo de Lazer do Mangueirão	109
Figura 94 - Localização da Comunidade das Flores.....	112
Figura 95 - Vista aérea da Comunidade das Flores em 2024	112
Figura 96 - Situação atual da Comunidade das Flores	113
Figura 97 - Situação atual da Comunidade das Flores	113
Figura 98 - Proposta apresentada pela comunidade com obras em execução pela Urb-Recife.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação comparativa entre escritórios a partir dos dados recebidos.....	59
Gráfico 2 - Relação comparativa entre coletivos a partir dos dados recebidos	59
Gráfico 3 - Relação comparativa entre escritórios e coletivos a partir dos dados recebidos	60
Gráfico 4 - Relação quantidade de critérios atendidos	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação comparativa entre escritórios e coletivos a partir dos dados recebidos	58
Tabela 2 - Relação comparativa de nota/classificação dos projetos realizados pelos escritórios e coletivos	116

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	30
INTRODUÇÃO.....	14
1. TODA CIDADE PARA TODOS: RETROSPECTIVA DA LUTA POR DIREITO À MORADIA	17
1.1. O processo de favelização no Brasil	17
1.2. Reforma urbana.....	21
1.3. Movimentos por direito à cidade	24
2. ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL: CONQUISTAS E A INQUIETAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO	30
2.1. Programas e Projetos de habitação de interesse social	30
2.2. Leis de direito à moradia.....	34
2.3. Negócio de impacto social	37
2.4. A função social do profissional de arquitetura e urbanismo.....	38
3. ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL E OS ESCRITÓRIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE: UM ESTUDO DE CASO.....	41
3.1. Contexto e cenário atual do nicho na Região Metropolitana do Recife	41
3.2. Procedimentos metodológicos	43
3.3. Entrevistas.....	44
3.4. Resultados e discussão: Impacto causado	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICE A.....	129
APÊNDICE B.....	131

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se trata do resultado do trabalho desenvolvido ao longo das disciplinas Trabalho de Curso I e II, cujo produto final é esta monografia, desenvolvida ao longo dos semestres 2024.1 e 2024.2, que tem como título Novas soluções, antigo problema: Estudo de caso da atuação de Escritórios e Coletivos de Impacto Social em Arquitetura e Urbanismo na Região Metropolitana do Recife.

Tem como objeto de estudo analisar como os escritórios e coletivos voltados à arquitetura e urbanismo de inclusão social atuam na RMR, de forma a demonstrar o impacto social causado através da análise de dados coletados. Levando em consideração a desigualdade social no Brasil, que criou um contexto onde arquitetos e urbanistas insatisfeitos com esta realidade, optam por atuar no nicho de escritórios populares e coletivos sociais, causando um impacto significativo na vida das pessoas de baixa renda. Portanto, este trabalho envolve as áreas de concentração de História e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Com relação ao Universo de estudo, compreende a atuação dos escritórios e coletivos de impacto social.

No contexto de um país como o Brasil, onde a desigualdade social não é de forma alguma um problema atual, é possível perceber, analisando por exemplo o processo de favelização no país, ainda no século XIX, o quanto a segregação sócio espacial interferiu no processo de urbanização das cidades, sujeitando grande parte da população não ter acesso aos direitos básicos garantidos na Constituição, assim como a moradia digna.

A insatisfação da população levantou a pauta da Reforma urbana, que ganhou força no século seguinte, resultando no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), em 1985. É inegável que a luta pelo direito à cidade e a moradia trouxeram avanços importantes, como a criação de programas e projetos de habitação de interesse social e a promulgação de leis importantes como o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10257/2001) e a Lei da Assistência Técnica, a ATHIS (Lei Nº 11.888/2008).

Porém, a realidade brasileira em relação à arquitetura de inclusão social ainda está longe do ideal. Nesse contexto, surgem arquitetos e urbanistas que, insatisfeitos com tal situação, optam por atuar no nicho de escritórios populares, causando um impacto significativo na vida das pessoas de baixa renda.

Estes profissionais, contudo, não conseguem atuar com tanta facilidade, pois enfrentam desafios como a dificuldade de acessarem a população de baixa renda e se fazer

compreender por estes seus clientes. Esta população, por sua vez, também enfrenta dificuldades em ter acesso aos profissionais, por diversos motivos, principalmente financeiros. Além do preconceito de acreditar que esse tipo de serviço é restrito às classes financeiramente mais favorecidas – o que se tem demonstrado cada vez mais que não é totalmente verdade.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender qual o papel dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo da Região Metropolitana do Recife - PE, na busca por dignidade e conforto para a população de baixa renda. E os objetivos específicos são: Analisar o nicho da arquitetura de interesse social na RMR; entender a necessidade do direito à cidade para as pessoas, e como este se rebate na atual precariedade das construções em comunidades da RMR; compreender a atuação de escritórios e coletivos de impacto social em arquitetura e urbanismo junto à realidade da RMR, e elaborar mapeamento do quantitativo de projetos sociais realizados pelos escritórios e coletivos; por fim, elaborar uma análise de alguns projetos de interesse social realizados pelos escritórios e coletivos entrevistados.

Pelas razões acima expostas, se faz necessário estudar sobre o tema, devido a sua atualidade e relevância no debate sobre Arquitetura e Urbanismo social no Brasil. Além da necessidade de entender como se dá o impacto social de Arquitetura e Urbanismo na Região Metropolitana do Recife;

No tocante às etapas do trabalho foi empregada a pesquisa bibliográfica com leitura e fichamento de obras para a formação do referencial teórico; o mapeamento dos escritórios focados em arquitetura de inclusão social na Região Metropolitana do Recife; o mapeamento de coletivos/cooperativas/movimentos que fazem intervenções arquitetônicas e urbanísticas em comunidades carentes na RMR; elaboração de roteiro para as entrevistas com escritórios e coletivos; realização de entrevistas com estes escritórios e coletivos; e análise dos dados coletados.

Esta monografia se estrutura em 03 (três) partes. O capítulo 1, intitulado “TODA CIDADE PARA TODOS: RETROSPECTIVA DA LUTA POR DIREITO À MORADIA”, faz um apanhado sintético das informações históricas que contextualizam o tema de maneira geral.

O capítulo 2, intitulado “ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL: CONQUISTAS E A INQUIETAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO”, acompanha os mais relevantes recortes da criação dos Programas e Projetos de habitação de interesse social, bem como as Leis de direito à moradia. Também

se discute acerca do surgimento do termo Arquitetura de inclusão social, a função social do profissional de Arquitetura e Urbanismo, e a importância da assistência técnica.

Por fim, o capítulo 3, intitulado "ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL E OS ESCRITÓRIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE: UM ESTUDO DE CASO" aborda o cenário atual do nicho na RMR. Além dos procedimentos metodológicos, as entrevistas realizadas com escritórios e coletivos que causam impacto social na cidade e as análises realizadas com os dados obtidos.

1. TODA CIDADE PARA TODOS: RETROSPECTIVA DA LUTA POR DIREITO À MORADIA

Antes de discutir acerca da arquitetura de inclusão social propriamente dita, é necessário entender o contexto histórico que abrange as origens desta temática. Sendo assim, primeiramente serão abordados, brevemente, neste capítulo, alguns conceitos importantes para esta pesquisa, como o processo de favelização no Brasil, a Reforma urbana e os Movimentos por direito à cidade.

1.1. O processo de favelização no Brasil

Para entender a necessidade da Arquitetura de inclusão social no Brasil, é preciso compreender primeiro alguns fatores históricos que influenciaram na desigualdade social que vemos atualmente no país, como por exemplo o processo de favelização. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024)¹, o termo favela corresponde a:

[...] territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.

Voltando ao fim do século XIX, podemos perceber o quanto a favelização influenciou este processo de desigualdade brasileira e na negação do direito à cidade. Com a abolição da escravidão, que aconteceu em 13 de maio de 1888, os ex-escravizados não foram adequadamente inseridos na sociedade da época (situação que perdura até os tempos atuais). E através desta segregação social, foram impedidos de acessar direitos básicos, dentre eles o da moradia. Além disso, após o fim da Guerra dos Canudos em 1897, os soldados também sem moradia, desembarcaram no Rio de Janeiro, aumentando ainda mais o problema da falta de habitação na cidade, que era até então ignorado pelo Estado.

Neste contexto, a população marginalizada precisou lidar por conta própria com a falta de moradia. Assim, a quantidade de cortiços, cuja presença no Brasil já era

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf> Acesso em: 08 mar, 2024.

registrada desde o século XVII, cresceu significativamente, e começou a incomodar a sociedade e as autoridades da época. Tais habitações, vistas como um problema de higiene e uma ameaça à saúde pública, passaram a ser fortemente reprimidas. Conforme dito por Aluísio de Azevedo na obra *O Cortiço* (1997, p. 63) “A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício”.

O maior cortiço do Rio de Janeiro, conhecido como Cabeça-de-porco, foi demolido por ordens do prefeito Cândido Barata Ribeiro em 26 de janeiro de 1893. Deixando desabrigadas cerca de 2 mil pessoas, que sem ter para onde ir, tiveram que se abrigar nos morros próximos, tendo sido autorizado pelo prefeito, a reutilização dos restos de demolição neste processo de reconstrução. De acordo com Kehl (2021, n.p) “Ali, nas terras que o Estado descuidava, entregues à própria sorte, criaram para si, e para todos os que chegassem, sua cidade particular, onde a lei não alcançava, a norma não existia e a regra era não-ser.”.

Figura 1 - Cortiço Cabeça-de-porco

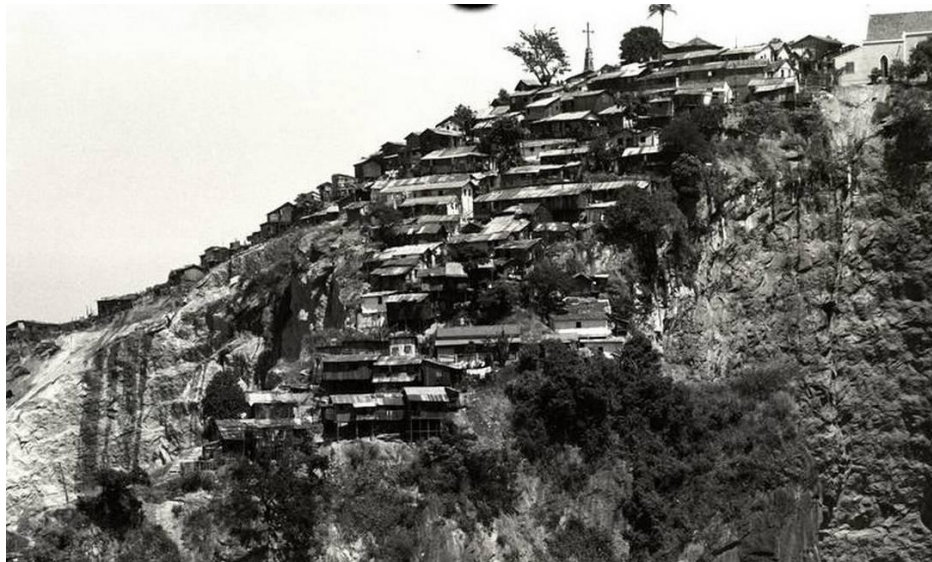


Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Desta forma surgiram as favelas brasileiras, como a favela do Morro da Providência, que abrigou a população oriunda do Cabeça-de-porco. Inicialmente, assim como os cortiços, as favelas não foram vistas como um problema pelo Estado, até começarem a se multiplicar, e nesse processo se tornarem um problema também de saúde pública – e hodiernamente associadas a problemas de segurança pública, envolvendo questões de tráfico de drogas e manutenção do crime organizado. Segundo Lefebvre (2001): “Para a classe operária, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional,

privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto político”.

Figura 2 - Morro da Providência em 21/05/1966



Fonte: Acervo Agência O Globo, 2017.

Atualmente, o número de favelas ao redor do mundo não para de crescer. De acordo com a ONU-Habitat², em 2022, aproximadamente um bilhão de pessoas residiam em favelas. No Brasil, ainda segundo o IBGE, no Censo realizado em 2022³, existiam mais de 10 mil favelas, onde residem cerca de 16,6 milhões de pessoas, o que corresponde em torno de 8% da população total do país.

Em Pernambuco, aproximadamente 10,55% dos domicílios estão localizados em favelas, o que garante a sétima posição na lista dos estados brasileiros com maior número de pessoas residentes em aglomerados subnormais. Já o Recife, até o ano de 2019, ocupava a sétima posição entre as cidades com o maior número de favelas do país. Nele se encontra o Alto Santa Terezinha, que de acordo com IBGE (2022), preenche a 12ª posição no ranking das maiores favelas do país por número de domicílios, com um total de 13.040.

² Disponível em: <<https://relatorio-anual-2022.netlify.app/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20que%20vive%20em,para%20o%20aumento%20das%20desigualdades.>> Acesso em: 08 mar, 2024.

³ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>> Acesso em: 08 mar, 2024.

Além disso, conforme dados compartilhados em 2022 pelo boletim Desigualdade nas Metrôpoles⁴, produzido através da parceria entre a PUC-RS, o Observatório das Metrôpoles e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina, a região metropolitana do Recife possui o maior percentual de habitantes vivendo em situação de extrema pobreza do país, com um percentual de 13% da população.

Levando em consideração os dados acima expostos e o fato de que 82% das pessoas, entre as 50 milhões que já realizaram construções e reformas, não terem contratado profissionais como arquitetos ou engenheiros (Conforme pesquisa realizada pelo Datafolha, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo em 2022⁵), fica evidente que no Brasil a autoconstrução é uma realidade para a população de baixa renda. Conforme Maricato (2015, p. 26) “Essa construção se dá aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística, em áreas ocupadas informalmente”.

Tal prática pode gerar sérios riscos à segurança das pessoas, devido a precariedade das edificações e a falta de conhecimento técnico na execução, que podem causar patologias nas estruturas e consequentemente acidentes, alguns infelizmente, fatais. Além disso, grande parte das favelas brasileiras se localiza em zonas de riscos, como morros e áreas alagáveis, o que aumenta ainda mais a probabilidade de desastres acontecerem.

Portanto, para a população das comunidades carentes, que já é excluída socialmente e espacialmente, ainda é constantemente negado o direito à cidade e a acessarem seus direitos básicos como cidadãos. Tal constatação só reforça a necessidade de escritórios e movimentos sociais que, através de intervenções arquitetônicas e urbanísticas, busquem trazer dignidade e conforto para a população de baixa renda. E no caso deste trabalho em especial, a ideia é compreender como tais escritórios atuam e impactam na realidade desta população de baixa renda na Região Metropolitana do Recife - PE.

⁴ Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf> Acesso em: 08 mar, 2024.

⁵ Disponível em: <<https://caubr.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/>> Acesso em: 08 mar, 2024.

1.2. Reforma urbana

Outro tópico relevante para entender esta pesquisa é a pauta da reforma urbana, que é imprescindível quando se fala sobre a crise urbana e como resolvê-la. As consequências da falta de planejamento urbano e da negação do direito à cidade, se apresentam com cada vez maior frequência, através de tragédias praticamente anunciadas como alagamentos e desmoronamentos, que atingem principalmente a população mais vulnerável economicamente. De acordo com Maricato (1997, p. 03): “O quadro urbano brasileiro é resultante de determinadas relações sociais que excluem grande parte da população do direito à moradia e à cidade”. Desta forma a urgência para resolver a situação está cada vez mais clara e é necessário que se chegue a uma solução o mais rápido possível. Uma vez que “O exercício do Direito à Cidade pressupõe a equidade territorial e o bem-estar urbano para todos os moradores da cidade. ” (Diniz; Rocha, Souza, 2022, p. 70).

No Brasil, o processo de urbanização ocorreu de forma mais efetiva já no século XX. A estruturação das cidades foi marcada pela desigualdade social, já historicamente enraizada na sociedade brasileira. A cidade se tornou um grande negócio. E sendo a habitação tratada como uma mercadoria, e não um direito, aqueles que não tem condições financeiras de possuí-la, consequentemente, são excluídos social e espacialmente. De acordo com Ribeiro (2022, p. 58) esse é um quadro:

[...] que se agrava quando consideramos a falta de infraestrutura urbana básica, o acesso limitado às redes de saneamento, a precarização dos serviços públicos essenciais, a ausência de espaços públicos de qualidade ou o sucateamento das redes de transporte público.

Assim, surge a necessidade de uma Reforma Urbana, que segundo a autora Ermínia Maricato (em entrevista ao Podcast Meio-Fio, 2024) significa “o acesso à terra urbanizada” e “o direito à cidade, que é o coração da Reforma Urbana, significa o direito à moradia.”. Semelhante a definição apresentada pelos autores do livro “Reforma urbana e direito à cidade: Recife” no qual se “enfoca o direito à moradia urbana, traduzida por condições dignas de habitabilidade aos trabalhadores das cidades cujas ocupações concentram-se em atividades de serviços, sobretudo informais” (Diniz; Rocha, Souza, 2022, p. 232).

O debate da Reforma Urbana ganhou força no Brasil na década de 1960. Resultando no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)⁶, cuja a origem se deu na Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) no ano de 1979, e na criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)⁷ em 1987. Essas articulações reúnem atores sociais como movimentos populares, ONGs, instituições educacionais e de pesquisa, com a intenção de fomentar a criação de políticas públicas focadas em uma reforma urbana no Brasil. Seu principal escopo, portanto, era reverter a segregação sócio espacial no país, e criar uma realidade mais inclusiva para todos.

Figura 3 - Manifestação em defesa da Reforma Urbana



Fonte: Observatório das metrópoles, 2017.

Existem ainda outros movimentos, como por exemplo o MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia) de 1990, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) de 1997 e o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) de 1999, que defendem a pauta da Reforma Urbana e serão aprofundados no decorrer deste capítulo. É importante ressaltar que tais movimentos não buscam apenas o acesso à moradia em si, pois apenas a unidade habitacional não é o suficiente para solucionar todas as problemáticas da precariedade habitacional. É necessário que se tenha acesso à moradia digna e a apropriação plena da cidade. Ou seja, o cumprimento do direito previsto pela

⁶ Disponível em: <<https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 28 set, 2024.

⁷ Disponível em: <<https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 28 set, 2024.

ONU na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁸ de 1948 e na Constituição Federal de 1988⁹.

Em Pernambuco houveram alguns avanços resultantes principalmente da luta popular, como a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em 1983¹⁰ e do Plano de Regularização das ZEIS (PREZEIS) em 1987¹¹. Porém, está claro que ainda não é suficiente diante da emergência e magnitude da situação. É necessário que haja um planejamento urbano eficiente, atrelado a políticas públicas efetivas no combate às desigualdades. De forma que toda a população possa usufruir dos seus direitos de forma plena.

Podemos perceber o quanto os resultados da negação deste direito se expressam com cada vez mais frequência no Estado. Conforme dados da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento, o estado soma aproximadamente 800 mil pessoas vivendo em áreas de risco, das quais 73,3% estão localizadas na Região Metropolitana do Recife (LISBOA, 2024)¹².

O aumento do adensamento populacional em morros e áreas alagáveis na cidade do Recife por exemplo, atrelado às consequências das mudanças climáticas, contribuem para que desastres ambientais sejam cada vez mais recorrentes e devastadores. Um exemplo foi a tragédia ocorrida na RMR devido às fortes chuvas em maio de 2022, que segundo dados divulgados pela CNN Brasil vitimou 128 pessoas¹³ em razão de deslizamentos de barreiras, sendo considerada a maior catástrofe natural do século em Pernambuco.

⁸ Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 06 out, 2024.

⁹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 06 out, 2024.

¹⁰ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1983/1452/14511/lei-ordinaria-n-14511-1983-define-diretrizes-para-o-uso-e-ocupacao-do-solo-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 06 out, 2024.

¹¹ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1987/1495/14947/lei-ordinaria-n-14947-1987-cria-o-plano-de-regularizacao-das-zonas-especiais-de-interesse-social-prezeis>> Acesso em: 06 out, 2024.

¹² Disponível em: <<https://averdade.org.br/2024/07/pernambuco-tem-800-mil-pessoas-vivendo-em-areas-de-risco/>> Acesso em: 06 out, 2024.

¹³ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chega-a-128-o-numero-de-mortos-pelas-chuvas-em-pernambuco>> Acesso em: 06 out, 2024.

Figura 4 - Área de deslizamento causado por fortes chuvas no Recife em 2022



Fonte: REUTERS/Diego Nigro, 2022.

E é neste contexto, em que os escritórios e coletivos de impacto social na Região Metropolitana do Recife, cientes das demandas pelo direito à cidade, também atuam na esfera urbana, ampliando seu espectro de atuação no intuito de mitigar também esta realidade de uma forma mais macro. Uma vez que “Ninguém vive só dentro de casa: vive na cidade.” (MARICATO, 2015, p. 108), se faz imprescindível a atuação desses escritórios e coletivos de impacto social, contribuindo para benfeitorias tanto no âmbito da edificação como na escala urbana.

1.3. Movimentos por direito à cidade

Além do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que foi abordado no tópico anterior, existem outros movimentos que também defendem a pauta do direito à cidade no Brasil. Como por exemplo o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)¹⁴, que surgiu em julho de 1990, sendo resultado do I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia (OLIVEIRA, 2011). Seu principal objetivo é solucionar o problema do déficit habitacional e todas as questões relacionadas à vivência da cidade, como acesso à infraestrutura urbana, mobilidade, economia, emprego, educação e saúde, além de questionar o papel das políticas urbanas nas dificuldades enfrentadas pela população das periferias. Sua atuação garante que ocupações sejam transformadas em

¹⁴ Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/492>> Acesso em: 06 out, 2024.

moradias populares. Como no caso da Ocupação Zezé Ribeiro e Norma Lúcia¹⁵, que existe no antigo prédio do INSS, em Belo Horizonte há quase dez anos, e foi anunciado este ano que será reformado, resultando em 88 apartamentos que servirão de moradia definitiva para seus ocupantes (VASCONCELOS, 2024).

Figura 5 - Manifestação em defesa da Ocupação Zezé Ribeiro e Norma Lúcia



Fonte: Perfil oficial da Ocupação Zezé Ribeiro e Norma Lúcia, 2022.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST, 2024)¹⁶, que é considerado um dos movimentos sociais urbanos mais importantes da América Latina, foi fundado em 1997, e tem o objetivo de lutar pela moradia digna para todos. Também não vê a habitação de forma isolada e leva em consideração todos os aspectos que envolvem a busca pelo fim da invisibilidade social. Sendo um dos seus lemas a luta por “Teto, Trabalho e Pão”. Algumas de suas conquistas são a entrega de escrituras de terrenos, como no caso da Ocupação Povo Sem Medo do Sol Nascente, que aconteceu em Brasília no ano de 2017. Além de mutirões para construção de eco vilas e o recebimento de habitações entregues pelo governo, fruto da pressão popular.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/10/predio-no-centro-de-belo-horizonte-sera-reformado-e-formalizado-como-moradia-popular>> Acesso em: 06 out, 2024

¹⁶ Disponível em: <<https://mtst.org/quem-somos/o-mtst>> Acesso em: 06 out, 2024.

Figura 6 - Manifestação do MTST por moradia popular em São Paulo



Fonte: MTST, 2021.

Existe ainda o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB, 2024)¹⁷, que surgiu em 1999, fruto da busca pela Reforma Urbana e pela luta por moradia nos estados de Pernambuco e Minas Gerais, tendo se transformado posteriormente em um movimento nacional. Realiza ocupações como forma de questionar a propriedade privada no sistema capitalista, que é tratada como um comércio e não como um direito. Tais ocupações rendem resultados, como por exemplo a criação do Habitacional Mulheres de Tejucupapo, no Recife, que conta com 272 apartamentos e foi entregue em 2023¹⁸.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>> Acesso em: 06 out, 2024.

¹⁸ Disponível em: <<https://averdade.org.br/2023/08/mlb-entrega-habitacional-mulheres-de-tejucupapo-em-recife/>> Acesso em: 06 out, 2024.

Figura 7 - Mobilização do MLB



Fonte: MLB Nacional, 2025.

Na Região Metropolitana do Recife, objeto de estudo desta pesquisa, é importante destacar a Articulação Recife de Luta (ARL, 2023)¹⁹, fundada em 2017, que é uma frente composta por agentes como movimentos sociais, coletivos e organizações não governamentais que buscam uma cidade mais igualitária. Sua principal reivindicação é a revisão do Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) do Recife, de forma que a população seja ouvida na tomada de decisões. Algumas das organizações que fazem parte da articulação são a Habitat para a Humanidade Brasil, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o MTST, o Segmento Popular do PREZEIS, o Observatório das Metrôpoles e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Participou ativamente da revisão do Plano Diretor do Recife, e apontou irregularidades no que diz respeito à falta de participação popular no processo, o que resultou no inquérito aberto do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para investigar improbidade administrativa contra a Prefeitura da cidade em 2018.

¹⁹ Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Articula%C3%A7%C3%A3o_Recife_de_Luta> Acesso em: 07 out, 2024.

Já o Movimento Ocupe Estelita (MOE, 2024)²⁰, fundado em 2012, ganhou notoriedade por lutar contra o “Projeto Novo Recife”. No qual um terreno de 10 hectares, localizado no Cais José Estelita, bairro de São José, era ocupado por construções de valor histórico como armazéns, estações ferroviárias e uma das linhas de trem mais antigas do país, foi leiloado e arrematado pelo Consórcio Grande Recife (LIMA, et al, 2024). As críticas ao projeto vão desde irregularidades na obtenção do terreno, descaracterização da paisagem urbana, danos ao patrimônio histórico e falta de participação popular. Apesar do Projeto Novo Recife ter sido levado a frente, é importante ressaltar as contribuições do MOE em relação à visibilidade da questão urbana e da especulação imobiliária na cidade.

Figura 8 - Manifestantes em frente aos galpões do Cais José Estelita



Fonte: Truffi/Renan, 2014.

Tais movimentos contribuem de forma significativa na luta por uma cidade mais justa e inclusiva, para que a população tenha acesso a seus direitos básicos. Além de estimularem a participação da população no planejamento urbano, dando voz e conscientizando a quem é constantemente invisibilizado pelo poder público. Também garantindo conquistas, como a entrega de unidades habitacionais, criação de políticas públicas e legislações como o Estatuto da Cidade (2001).

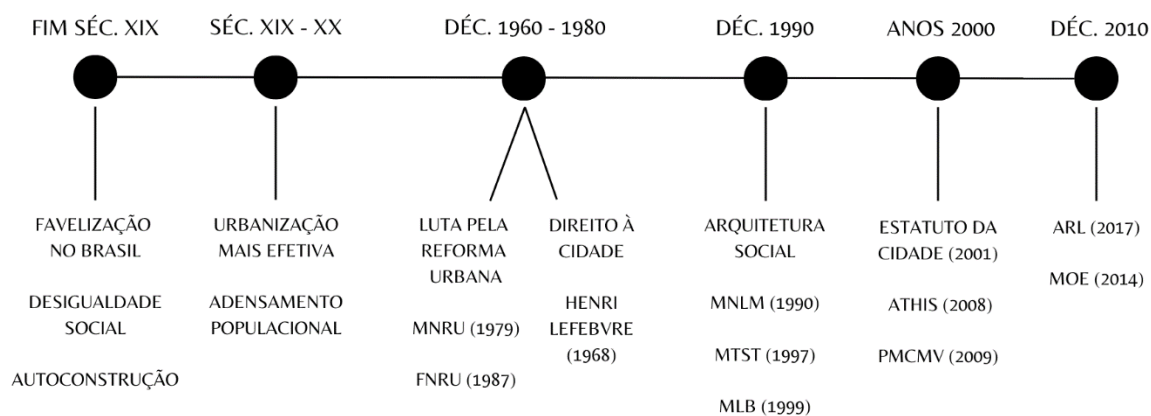
O que reforça a importância social dessas iniciativas, é que elas são fruto da inquietação e do desejo de tornar o mundo um lugar mais justo. Porém, apesar de tais

²⁰ Disponível em: <<https://marcozero.org/movimento-ocupe-estelita-quais-licoes-para-a-cidade-do-recife/>> Acesso em: 07 out, 2024.

avanços, resultantes desses movimentos, isto ainda não é o suficiente diante do cenário de desigualdade social brasileiro. E é exatamente por esta razão que é tão importante a existência de outras iniciativas, como os escritórios e coletivos abordados neste estudo, para estimular ainda mais a luta pela igualdade social.

Para a finalização deste capítulo, foi elaborada uma linha do tempo que representa em ordem cronológica os fatos históricos abordados ao longo do texto até aqui. Auxiliando na visualização e no entendimento da sequência de acontecimentos ao longo dos anos e como estes interferiram no contexto do surgimento dos negócios de impacto na RMR.

Figura 9 - Linha do tempo Séc. XIX - Anos 2010



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

2. ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL: CONQUISTAS E A INQUIETAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO

O segundo capítulo desta pesquisa busca aprofundar a questão da Arquitetura de inclusão social e a luta pela moradia digna no Brasil. Portanto, os cinco subcapítulos a seguir serão focados em Programas, Projetos e legislações relacionados à habitação de interesse social. Além de reflexões acerca do papel social do arquiteto e urbanista neste quesito.

2.1. Programas e Projetos de habitação de interesse social

Conforme a Emenda Constitucional Nº 26/2000, Art. 6º da Constituição Federal²¹ “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”. Porém, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP)²², em 2022, o déficit habitacional no Brasil chegava a cerca de 6,2 milhões de moradias, sendo maior nas regiões Sudeste e Nordeste. Buscando reduzir o déficit habitacional brasileiro, existem programas e projetos de habitação de interesse social que serão abordados neste subcapítulo.

Quando se fala sobre o incentivo do acesso à moradia, é essencial analisar a experiência do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**²³, que foi criado no ano de 1952 e está associado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. E é através dele, que o Governo Federal promove o financiamento de projetos sociais, que vão além da questão especificamente da moradia, abrangendo também investimentos para as áreas de saúde, educação, saneamento básico e mobilidade. Na iniciativa BNDES Periferias, por exemplo, foram destinados cerca de 100 milhões de reais para estimular o empreendedorismo em áreas periféricas urbanas no ano de 2024, contando com a colaboração da Secretaria Nacional de Periferias do

²¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm> Acesso em: 24 nov, 2024.

²² Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>> Acesso em: 23 nov, 2024.

²³ Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos#:~:text=Somos%20o%20Banco%20Nacional%20de,financiamento%20de%20longo%20prazo%20e>> Acesso em: 23 nov, 2024.

Ministério das Cidades. O BNDES também investe em programas voltados para a construção de habitações populares, como o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Outra experiência que precisa ser citada é a do **Banco Nacional da Habitação (BNH)**²⁴, foi criado no ano de 1964, através da Lei Nº 4380/1964 que “Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH)”. E tinha como principais objetivos o incentivo à construção de habitações populares, principalmente para a menor renda e o financiamento da aquisição da casa própria. O BNH foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei Nº 2.291, e incorporado à Caixa Econômica Federal. Apesar de ter existido por apenas 22 anos, através do BNH foram financiadas cerca de 4,5 milhões de habitações²⁵ (DIAS, 2008).

O Programa **Pró-Moradia (2020)**²⁶, fundado através da Resolução Nº 181, de 05 de junho de 1995, foi criado pelo Governo Federal com o intuito de “melhorar o acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade e com rendimento familiar mensal preponderante de até 03 (três) salários-mínimos.” (CAIXA, 2024). Funciona concedendo financiamento para Municípios e Estados, através de recursos captados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Possui 3 modalidades de financiamento, são elas: Urbanização de Assentamentos Precários (que engloba Regularização fundiária, Melhorias habitacionais, Urbanização integral, Urbanização parcial e Intervenção estruturante); Produção de Conjuntos Habitacionais (que engloba Construção ou Aquisição de Unidades Habitacionais e Requalificação de Imóveis Urbanos) e Produção de Unidades Habitacionais onde são beneficiadas famílias em que a renda familiar mensal seja de até dois mil reais (com exceção daquelas que perderam seu imóvel por calamidades, que podem ter renda mensal de até três salários mínimos). De acordo com dados do Portal Gov.br, a demanda aumentou a partir de 2022, ano em que o Programa passou a englobar no seu escopo a aquisição e construção de unidades habitacionais e a requalificação de imóveis. Chegando a 228 propostas cadastradas nos

²⁴ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2291.htm> Acesso em: 24 nov, 2024.

²⁵ Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_FLAVIA_COELHO_DIAS.pdf> Acesso em: 24 nov, 2024

²⁶ Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/pro-moradia/Paginas/default.aspx>> e <[https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/pro-moradia-2013-programa-de-atendimento-habitacional-atraves-do-poder-publico-selecao-2020#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20das%20Cidades%20aperfei%C3%A7oou,\(tr%C3%AAs\)%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.](https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/pro-moradia-2013-programa-de-atendimento-habitacional-atraves-do-poder-publico-selecao-2020#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20das%20Cidades%20aperfei%C3%A7oou,(tr%C3%AAs)%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.)> Acesso em: 29 nov, 2024.

dois primeiros meses do ano, ultrapassando todo o período de 2021, onde 194 projetos foram apresentados.

Figura 10 - Habitações construídas através do Programa Pró-Moradia



Fonte: MDR, 2022

Em 2005, foi criado o **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS, 2020)**²⁷, através da Lei Nº 11.124/2005. Com o intuito de promover o acesso à moradia para a população de baixa renda, através de políticas e programas sociais. Tal sistema “centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social” (BRASIL, 2020). É composto por diferentes entidades como: Agentes financeiros (como a Caixa Econômica Federal); Conselhos (como o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional); a Administração de Estados e Municípios; e o próprio Ministério do Desenvolvimento Regional. Para aderir ao SNHIS, é necessário que o município apresente um Termo de Adesão preenchido para demonstrar seu interesse em participar. Tal documento passa então por análise da Caixa Econômica Federal que poderá ou não aprovar.

A mesma Lei também foi responsável pelo surgimento do **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS, 2020)**²⁸, que “centraliza os recursos

²⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>> Acesso em: 25 nov, 2024.

²⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>> Acesso em: 25 nov, 2024.

orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS” (BRASIL, 2020). Tais recursos podem ser utilizados para diferentes fins, desde a regularização fundiária e urbanística, até a criação de lotes em locais que serão destinados à habitação de interesse social. Também para a construção, reforma e aquisição destas habitações, bem como na implantação de infraestruturas urbanas, como saneamento básico e equipamentos no entorno destas edificações.

Já o **Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV, 2023)**²⁹, surgiu no ano de 2009, por meio da Lei Nº 11.977/2009, sendo um projeto no âmbito do Governo Federal. E é considerado o programa habitacional com maior visibilidade e impacto do país. Tem como objetivo tornar a obtenção de habitação popular mais acessível, através de subsídios e financiamentos, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Segundo dados do Ministério das Cidades, que gerencia o programa, mais de 6 milhões de habitações foram entregues até o momento, e até o ano de 2026, o plano é concluir mais 2 milhões de moradias.

Figura 11 - Habitações construídas através do PMCMV



Fonte: Ubirajara Machado (MDS) / Agência Senado, 2020

²⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>> Acesso em: 20 nov, 2024.

Para participar do PMCMV é necessário atender alguns requisitos, como por exemplo ter renda mensal bruta por família de até 8 mil reais (para áreas urbanas) e de até 96 mil (para áreas rurais). Além disso, os beneficiários não podem ser proprietários de outros imóveis. O programa também é dividido em 3 faixas de renda, que dependendo do valor mensal recebido por família, garante ainda mais algumas isenções, podendo tornar o imóvel totalmente gratuito, por exemplo. Ainda de acordo com o Gov.br, além das faixas citadas anteriormente, também existem 7 modalidades para quem deseja adquirir um imóvel através do programa. Que são: FAR; Entidades; Rural; FNHIS; Pró-Moradia (todas estas exclusivas para a faixa 1); FGTS Cidades e FGTS. Conta ainda com diversos parceiros como instituições sem fins lucrativos, construtoras e bancos como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Em 2021, o Minha Casa, Minha Vida sofreu cortes significativos e progressivos na verba pelo então governo, paralisando obras e levando ao seu desmonte e substituição pelo programa Casa Verde e Amarela. Porém, com a eleição do Presidente Lula em 2022, criador do PMCMV ainda no seu segundo mandato em 2009, o projeto retornou suas atividades em 2023, com algumas melhorias e aprimoramentos, por meio da Lei Nº 14.620. Apesar disto, muitas são as críticas à qualidade das edificações entregues através do Programa, como por exemplo em relação à padronização e repetição sem identidade das moradias e a localização dos imóveis, que muitas vezes são construídos afastados de áreas que possuam infraestrutura urbana adequada para atender aos moradores. Além disso, problemas estruturais que podem comprometer as edificações foram identificados em auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU)³⁰.

Portanto, é evidente que o Programa Minha Casa, Minha Vida é sem dúvidas um grande aliado na diminuição do déficit habitacional no Brasil, mas ainda não o suficiente e ainda precisa se adequar para melhor atender a população. Por isso é tão importante que existam iniciativas e negócios de impacto social, que atuem de forma complementar e até parceira de tais programas e projetos, visando trazer dignidade e conforto para a população de baixa renda.

2.2. Leis de direito à moradia

³⁰ Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/programa-minha-casa-minha-vida-e-avaliado-pelo-tcu>> Acesso em: 20 nov, 2024.

Além dos programas e projetos relacionados a habitação de interesse social citados no subcapítulo anterior, existem ainda Leis referentes ao direito à moradia que são importantes para o tema desta pesquisa. Nos anos 2000, por exemplo, houveram alguns avanços em relação à legislação brasileira, fruto das lutas populares vistas anteriormente. A primeira delas é a aprovação da **Lei Federal Nº 10.257/01**³¹, o **Estatuto da Cidade**, instituído em 10 de julho de 2001, e que “Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” (Lei Nº 10.257/01). Dentre os avanços que tal legislação estabeleceu, estão a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Lei Nº 10.257/01), além da garantia de assistência técnica e jurídica de forma gratuita para atender comunidades e grupos sociais de baixa renda.

Os instrumentos e diretrizes gerais estabelecidos no Estatuto da Cidade também se relacionam diretamente e auxiliam na aprovação de Planos Diretores (que é algo obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes), ainda que se leve em consideração as especificidades de cada município para a elaboração. Tal Lei representa um grande marco em relação à legislação urbanística brasileira, principalmente por ser fruto da mobilização popular, sendo considerada uma referência mundial e inspiração para outros países. Obviamente esta única Lei não é capaz de resolver todas as questões da desigualdade no espaço urbano brasileiro, mas é inegável que houve um avanço considerável desde sua aprovação. Para que sua atuação seja mais efetiva é importante que o Estatuto da Cidade se relacione com os programas e projetos voltados para a população mais vulnerável abordados no subcapítulo anterior.

Outra legislação importante é a **Lei Federal Nº 11.888/2008**³², que foi instituída em 24 de dezembro de 2008, e é conhecida como **Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)**. Ela assegura que famílias com uma renda de até três salários mínimos, residentes de áreas urbanas ou rurais, possam ter acesso à assistência técnica de forma gratuita. Que pode acontecer desde a concepção de projetos, acompanhamento profissional em obras, reformas, e até regularização fundiária. Tal

³¹ Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: 04 dez, 2024.

³² Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm> Acesso em: 04 dez, 2024.

assistência técnica é muito importante, pois, com o acesso a profissionais da área é possível lidar com a obra de forma mais racional e otimizada, melhorando questões como segurança e qualidade da edificação, evitando a construção em áreas de risco ou protegidas ambientalmente e seguindo as legislações urbanísticas vigentes. Uma vez que “Nas periferias brasileiras, o assessoramento técnico precisa lidar com pessoas que, apesar de fortemente conectadas pelo espaço que constroem e compartilham, têm pouca autonomia financeira, técnica e jurídica.” (Campos, et al., 2022, p. 62).

As famílias podem ter acesso a ATHIS diretamente ou através de grupos organizados, como associações e cooperativas que fazem a intermediação. Também pode haver capacitação dos profissionais que irão prestar os serviços e da própria comunidade que será beneficiada, através de “parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.” (Lei Nº 11.888/2008). Devem ser utilizados recursos de fundos nacionais, voltados para habitação popular, para custear os serviços prestados, como o FNHIS, já comentando anteriormente. Além de também serem aceitos recursos privados.

Desde o ano de 2015, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)³³, com o intuito de fornecer acesso à moradia e assistência técnica para a população menos favorecida financeiramente, definiu que o CAU de cada estado deve destinar uma parte do seu orçamento anual para ser utilizado em ações da ATHIS. No Recife, por exemplo, 192 unidades habitacionais no Conjunto Padre José Edwaldo Gomes³⁴, localizado no bairro de Casa Forte, foram entregues por meio do CAU/PE através de edital da ATHIS no ano de 2020. O projeto também incluiu participação popular dos moradores beneficiados.

Porém, é importante ressaltar que segundo dados do próprio CAU, em 2021, apenas cerca de 20 cidades brasileiras dispunham de programas e legislações relacionados a ATHIS³⁵, sendo 9 delas capitais. O que mostra o quanto ainda é necessário o avanço da sua abrangência nacional. Existem ainda outras legislações importantes no tocante ao direito à moradia digna, promulgadas na mesma década, como a **Lei Nº 11.124/2005** e a **Lei Nº 11.977/2009** (abordadas no subcapítulo anterior). Porém, o cenário brasileiro

³³ Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/cba/o-cau-br-e-a-assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social/>> Acesso em: 04 dez, 2024.

³⁴ Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/cba/athis-pe/>> Acesso em: 04 dez, 2024.

³⁵ Disponível em: <<https://caubr.gov.br/levantamento-revela-que-mais-de-ou-20-cidades-brasileiras-tem-leis-athis>> Acesso em: 04 dez, 2024.

necessita que tais legislações estejam em constante aprimoramento, e que novas leis sejam criadas. A mobilização pública e a atuação de escritórios e coletivos de impacto social também são essenciais na busca por uma nova perspectiva para a habitação popular no país.

2.3. Negócio de impacto social

Até aqui, foram abordados tópicos pertinentes ao tema desta pesquisa, como os fatores históricos que influenciaram na desigualdade social que vemos atualmente no Brasil, a Reforma urbana, os Movimentos por direito à cidade e as conquistas que estes impulsionaram. Também foi possível perceber que, apesar de ter havido alguns progressos no que diz respeito à situação da desigualdade socioespacial no país, tal evolução ainda acontece a passos extremamente lentos e insuficientes diante da magnitude da situação. E é por isso que esta pesquisa tem como foco a atuação dos negócios de impacto social em Arquitetura e Urbanismo, devido a sua importância na busca por um país mais justo e igualitário.

Então, visando entender melhor como funciona este ramo de atuação e também criar estratégias para quantificar o impacto social gerado pelos escritórios e coletivos em Arquitetura e Urbanismo, mais especificamente na Região Metropolitana do Recife, é necessário primeiramente analisar algumas definições do termo “negócio de impacto social”, de acordo com entidades com relevante atuação sobre o tema.

Conforme a **Yunus Negócios Sociais**³⁶, instituição fundada pelo ganhador do prêmio Nobel da Paz, Prof. Muhammad Yunus, e referência global neste segmento de mercado, os negócios de impacto social são “Empresas que têm a única missão de solucionar um problema social, são autossustentáveis financeiramente e não distribuem dividendos” (Yunus Negócios Sociais, 2021).

De acordo com a instituição **Artemísia**³⁷, aceleradora pioneira no estímulo aos negócios de impacto social no Brasil, são “Empresas que oferecem, de forma intencional, soluções escaláveis para problemas sociais da população de baixa renda” (Artemísia, 2024).

³⁶ Disponível em: <<https://www.br.yunussb.com/corporate-innovation/about>> Acesso em 15 dez, 2024.

³⁷ Disponível em: <<https://artemisiam.org.br/quem-somos/>> Acesso em 15 dez, 2024.

Enquanto que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o **SEBRAE**³⁸, define os negócios de impacto social como aqueles que “Buscam impacto socioambiental positivo gerado através do próprio core business do empreendimento, ou seja, a atividade principal deve beneficiar diretamente pessoas com faixa de renda mais baixas, as chamadas classes C, D e E” (Portal SEBRAE, 2023).

Por fim, a definição apresentada pela **Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto**³⁹ na Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, desenvolvida em 2015, é que são “Empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável.”

Desta forma, é possível chegar à conclusão de que todas as definições citadas acima têm em comum o foco de solucionar problemas sociais que atingem a população de baixa renda. E é exatamente isso que alguns escritórios e coletivos na Região Metropolitana do Recife se propuseram a fazer.

2.4. A função social do profissional de arquitetura e urbanismo

Conforme o Manual do Arquiteto e Urbanista, formulado pelo CAU/BR, tais profissionais devem — dentre outras obrigações — “defender os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme expressos na Constituição brasileira e em acordos internacionais” (2016, p. 58). Sendo assim, é importante reforçar que a profissão vai muito além do apelo estético, representando um papel crucial na busca pela diminuição dos problemas sociais brasileiros, principalmente no que diz respeito à questão da moradia para a população mais vulnerável. De acordo com Campos, et al. (2022, p. 67):

Embora a demanda por habitação não seja uma atribuição legal do CAU, tampouco deve o Conselho suprir as lacunas do Estado no cumprimento de suas obrigações, ao contribuir para que os agentes públicos que possuem o dever constitucional de agir para promover habitação cumpram com seus papéis institucionais, um Conselho profissional passa a instigar o poder público e proporciona um novo olhar sobre a prática da arquitetura à sociedade (profissionais, academia, sociedade civil), para as camadas mais vulneráveis da população [...]

³⁸ Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 15 dez, 2024.

³⁹ Disponível em: <<https://aliancapeloimpacto.org.br/publicacao/carta-de-principios-para-negocios-de-impacto-no-brasil/>> Acesso em 15 dez, 2024.

A importância social do arquiteto e urbanista vai muito além de projetar ambientes esteticamente agradáveis. Sua responsabilidade ética se apresenta no anseio em proporcionar qualidade de vida e dignidade aos menos favorecidos financeiramente, na busca pela inclusão social, na valorização e no respeito da identidade de quem habita o espaço, por exemplo. Além disso, o profissional pode, e deve pressionar o poder público em defesa da criação de legislações, projetos, programas e políticas públicas que atendam as demandas de quem mais precisa.

De acordo com o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil⁴⁰, divulgado pelo CAU/BR, em 2021 o país contava com cerca 212 mil profissionais, dos quais 87% atuavam na área. Ainda de acordo com dados do CAU, divulgados no Relatório da gestão 2015-2017⁴¹, cerca de 7% dos brasileiros utilizaram o serviço de profissionais de arquitetura e urbanismo, dentre os quais a maioria pertencia às chamadas classes A e B. Em um país como o Brasil, onde a maior parte das pessoas ocupam as classes denominadas C, D e E, é importante refletir sobre o quão acessíveis estes profissionais estão sendo para esta parcela da população, e se o seu papel social está de fato sendo cumprido como deveria.

Neste contexto, surge o nicho de escritórios e coletivos populares no Brasil, fruto da inquietação dos profissionais de arquitetura e urbanismo com a situação da desigualdade social no país, principalmente no que diz respeito à habitação. Segundo dados da aceleradora Artemísia, desde 2018, um total de 64 negócios de impacto foram apoiados pela instituição, beneficiando mais de 900 pessoas. De acordo com Amorim⁴², et al (2024): “O crescente interesse de arquitetos no campo da arquitetura social e o expressivo número de famílias que precisam e deveriam ter acesso aos serviços de adequação da moradia sinalizam um caminho para contribuir com as políticas públicas.”

Portanto, apesar de ainda ser um mercado relativamente pouco explorado pelos arquitetos e urbanistas brasileiros, ele tem um enorme potencial de crescimento, ainda mais considerando a enorme demanda que existe. É preciso que mais profissionais se interessem por este nicho de atuação e acessem as pessoas que mais precisam, com escuta

⁴⁰ Disponível em: <<https://caubr.gov.br/acesse-os-resultados-do-ii-censo-das-arquitetas-e-arquitetos-e-urbanistas-do-brasil/>> Acesso em 15 dez, 2024.

⁴¹ Disponível em: <<https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-da-gestao-2015-2016-2017-cau-br.pdf>> Acesso em 15 dez, 2024.

⁴² Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/06/11/por-que-o-recife-nao-investe-em-assessoria-tecnica-para-melhorar-casas-de-familias-pobres/>> Acesso em 15 dez, 2024.

ativa, respeitando suas particularidades e necessidades, assim como que fazem os escritórios e coletivos, que serão abordados no capítulo seguinte.

3. ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL E OS ESCRITÓRIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE: UM ESTUDO DE CASO

Neste último capítulo será analisado o impacto social causado pelos escritórios e coletivos que realizam trabalho social na RMR. Por isso, nos subcapítulos a seguir, serão abordados tópicos como a atuação deste nicho na cidade atualmente, os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção de dados para a pesquisa, as entrevistas realizadas, e por fim, a análise e resultados obtidos a partir dos dados investigados.

3.1. Contexto e cenário atual do nicho na Região Metropolitana do Recife

De acordo com a página oficial do CAU/BR até o momento que esta pesquisa está sendo realizada, existem 758 escritórios de Arquitetura e Urbanismo registrados no Recife. A partir destes números, foi feito um mapeamento de escritórios e coletivos de impacto social nesta área que atuam na cidade. Nem todos os escritórios abordados a seguir são exclusivamente focados no impacto social, mas foram trazidos aqui por realizarem este trabalho em alguns de seus projetos. Também é importante ressaltar que o mapeamento foi feito através do site do CAU/BR e de redes sociais, portanto, ocorrem limitações em relação a esta busca, que não descartam a possibilidade de existirem outros escritórios e coletivos que fazem tal trabalho social na cidade, mas que não foram identificados e por isso não fazem parte da listagem apresentada abaixo. Os escritórios mapeados foram: Abra Arquitetura; Arquitetura Faz Bem; Dona Obra; O Norte Oficina de Criação; Traço e Ato (Fechado) e Viverde Casa Inovação Construtiva. E os Coletivos/Cooperativas foram: Atelier Vivo; CAUS Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade; Massapê; Movimento Arquitetura Aberta; TETO Brasil PE e Vendaval Catalisadora de Impacto Social.

Apesar de, se comparado ao número total de escritórios registrados na cidade, ainda não haver uma quantidade tão expressiva de escritórios de impacto social em Arquitetura e Urbanismo no Recife, não podemos esquecer que não é de agora que Pernambuco se destaca em relação à habitação popular. Como por exemplo na experiência de Acácio Gil Borsoi, no projeto de Cajueiro Seco⁴³, no ano de 1964. Segundo

⁴³ Disponível em: <<https://lazuiliarquitetura.com.br/entrevista-arquiteto-acacio-gil-borsoi/>> Acesso em 28 dez, 2024.

o próprio arquiteto, este foi um projeto com “grande significado social; foi uma tentativa de realmente eliminar os núcleos de pobreza” (Borsoi, 2001). Juntamente com o arquiteto Gildo Guerra, Borsoi desenvolveu o projeto de um núcleo de autoajuda para cerca de 800 famílias que haviam invadido o sítio histórico da batalha dos Guararapes e foram realocadas para uma área próxima, Cajueiro Seco. O projeto contava com organização em quadras e ruas, equipamentos como centro comunitário e escola, lavanderia coletiva, sanitários, acesso a transportes e telefone. O que foi uma revolução em relação ao padrão de habitação da época. Apesar da sua importância social, o projeto foi interrompido antes da sua conclusão devido à ditadura militar.

Figura 12 - Execução do projeto de Cajueiro Seco



Fonte: Site Acácio Gil Borsoi, 2005.

Outra experiência marcante é a de Mônica Raposo⁴⁴, que é considerada referência mundial no que diz respeito à habitação coletiva, e dirigiu entre os anos de 1974 e 2013 um programa de projetos que realizou a construção de 102 mil habitações populares no estado de Pernambuco. Ela também foi responsável por criar o Manual de Habitação Popular⁴⁵, amplamente reconhecido por seus conceitos inovadores como a “Teoria dos Acoplamentos” e o “Casa-Mento”, ambos referentes à união de princípios de

⁴⁴ Disponível em: <<http://ar.arq.br/monicaraposo/>> Acesso em 28 dez, 2024.

⁴⁵ Disponível em: <<https://caubr.gov.br/monica-raposo-andrade-referencia-mundial-em-habitacao-coletiva/>> Acesso em 28 dez, 2024.

Casas e de Apartamentos, respeitando a privacidade dos moradores e as necessidades de atender à demanda crescente devido à alta densidade populacional.

Além disso, existem algumas organizações e programas aceleradores de iniciativas sociais que atuam no Recife, como a Artemísia e o SEBRAE que foram citados no capítulo anterior, por exemplo. Também o Porto Social⁴⁶ que começou sua atuação em 2016 e funciona como uma incubadora de iniciativas sociais em diferentes áreas de atuação e projetos, entre elas se encontra a categoria “Cidades Inteligentes” que engloba projetos de arquitetura, urbanismo, paisagismo e reciclagem, por exemplo. Temos também o CAIS⁴⁷, que é um Programa de Qualificação de Iniciativas Sociais. Foi lançado em 2023, com um orçamento de R\$1 milhão oriundo da Prefeitura do Recife, e com o plano de selecionar 75 ações de impacto social para serem desenvolvidas. O programa é fruto de parceria entre a Rede Muda Mundo e o Porto Social.

Percebe-se uma mudança de pensamento em alguns profissionais da área e o crescimento do interesse por Arquitetura e Urbanismo social, muitas vezes advinda da própria universidade, trazendo esperança de que, no futuro, essa quantidade de negócios de impacto irá aumentar na Região Metropolitana do Recife, para atender à parcela da população que mais precisa de assistência técnica. Obviamente o Estado precisa cumprir o seu papel, criando, incentivando e fortalecendo programas e políticas públicas que deem suporte a estes profissionais e a população de baixa renda. Só assim teremos uma cidade mais justa e igualitária.

3.2 Procedimentos metodológicos

Para que fosse possível chegar ao produto desta pesquisa foram realizados alguns procedimentos metodológicos. O primeiro deles foi a pesquisa bibliográfica através de leitura e fichamentos sobre livros, artigos e textos que ajudaram a entender o contexto histórico e atual da problemática estudada. Depois disso, foi realizado o mapeamento dos escritórios e coletivos de impacto social que atuam na Região Metropolitana do Recife; tal busca aconteceu por meio de duas formas: [1] Através da site oficial do CAU/BR, na página “Ache um arquiteto” (Disponível em: <https://acheumarquiteto.cau.br.gov.br/>) onde é possível aplicar filtros de pesquisa que auxiliam a encontrar profissionais e empresas.

⁴⁶ Disponível em: <<https://portosocial.org/sobre>>. Acesso em 29 dez, 2024.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/22/11/2023/recife-cais-inicia-aceleracao-de-75-iniciativas-de-impacto-social>>. Acesso em 29 dez, 2024.

[2] Através de redes sociais, principalmente do Instagram, onde foi possível buscar as contas dos negócios de impacto social que atuam na cidade.

Com o mapeamento finalizado, foi produzido o roteiro das entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES A e B), que seguiu praticamente a mesma base para os escritórios e coletivos, somente apresentando algumas perguntas adaptadas para melhor se adequar a atuação de cada um deles. A estrutura dos roteiros seguiu uma divisão em 5 blocos: [1] Dados pessoais; [2] Sobre o Escritório/Coletivo; [3] Sobre a sustentabilidade do Escritório/Coletivo; [4] Quantificando o impacto social; [5] Sobre materiais de referência e finalização.

O próximo passo foi entrar em contato com os escritórios e coletivos mapeados. Esta comunicação aconteceu principalmente através de e-mail e redes sociais. Dos negócios mapeados, os que responderam ao contato e aceitaram participar da entrevista foram os escritórios: Arquitetura Faz Bem, Abra Arquitetura e Dona Obra, e os coletivos: Massapê, Atelier Vivo e CAUS Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade. As entrevistas foram realizadas de forma virtual e finalmente os dados coletados foram sistematizados e analisados.

3.3. Entrevistas

3.3.1. Arquitetura Faz Bem (AFB)

A entrevista foi realizada em 21/09/2024, com Letícia Gomes, que ocupa o cargo de Estratégia e Monitoramento no Arquitetura Faz Bem. O escritório está registrado com a razão social “Faz Bem Serviços de Arquitetura LTDA” e inscrito no CNPJ 34.478.722/0001-78. Segundo Letícia, o sócio fundador do AFB, Antônio Lúcio Neto, nasceu e cresceu em uma comunidade, fato que o fez sentir a necessidade de criar um negócio social, com a intenção de fazer sua parte em tornar o mundo um lugar melhor. Assim, o AFB surgiu no ano de 2018, mas começou a atuar oficialmente em 2019. Inicialmente, funcionava quase como um coletivo, e se transformou em um escritório aos poucos.

Já existiam alguns projetos sociais parecidos na cidade, mas o Arquitetura Faz Bem se diferenciou deles por utilizar o modelo de negócios B2B2C (*Business-To-Business-To-Consumer*), por trabalhar principalmente em parceria com instituições que investem em melhorias urbanas em comunidades carentes (inclusive por obrigatoriedade

legal), enquanto que na época, nos outros negócios do mesmo nicho, o cliente era diretamente o morador que receberia o serviço. Porém, é importante ressaltar que, apesar do escritório trabalhar em parceria com grandes organizações, isso não exclui o diálogo com as pessoas e a participação popular, que são peças fundamentais nos projetos do Arquitetura Faz Bem.

Atualmente o negócio realiza desde reformas, construções e intervenções urbanísticas. E em relação às estratégias de captação e fidelização de clientes, como o foco são grandes instituições para a realização de parcerias (como o Shopping Recife, a Rio Ave, a Coral, a Tigre, etc.), a captação se dá principalmente através de indicações e fortalecimento dos relacionamentos institucionais existentes. No que diz respeito à maior dificuldade enfrentada para atuar neste ramo, foi apontado o fato do tempo de funil ser maior do que em um projeto onde se trata diretamente com o cliente final, uma vez que o processo de projetar para uma instituição de grande porte exige muito mais burocracias e as tomadas de decisões levam muito mais tempo para serem realizadas, ainda que este tipo de negócio seja muito mais lucrativo.

Sobre o processo de acessar a população de baixa renda e as possíveis dificuldades enfrentadas em relação a isso, a entrevistada respondeu que primeiro se busca entender a dinâmica da região e se conectar com organizações que já trabalham na localidade, e a partir disso são realizados processos participativos com a população, até para que as pessoas possam conhecer o trabalho do AFB, criando um vínculo e eliminando barreiras. Essa parceria garante que os projetos sejam mais eficientes em atender às demandas e desejos da população.

Sobre o potencial deste nicho de atuação crescer no mercado em Recife, ela acredita que é sim possível, uma vez que existe uma série de organizações que têm interesse e que precisam gerar impacto social, mas que necessitam justamente de um escritório que atue como ferramenta desse trabalho. Portanto a demanda existe, além de uma série de problemas sociais que há na cidade e que podem ser mitigados pela atuação de profissionais da área. Então, para ela é muito mais uma questão de encontrar essas organizações e mostrar através de dados e referências que o trabalho do arquiteto tem um grande potencial de gerar impacto.

Quando perguntada sobre a maior realização com o trabalho social feito, Letícia respondeu que no escritório se tem um olhar muito forte de que as soluções criadas precisam gerar impacto e valor social, reduzindo desigualdades sociais dentro do território. Então para ela é um grande privilégio poder dedicar o trabalho realizado no seu

horário comercial para gerar tamanho impacto social. Além do fato dos projetos realizados serem terem valor afetivo e trazerem muito orgulho para ela.

3.3.2. Massapê

A entrevista foi realizada em 08/10/2024, com Bruno Galvão, que é um dos fundadores e atualmente diretor institucional do Massapê, que surgiu como coletivo em 2016. Nesta época, o entrevistado era estudante de Arquitetura e Urbanismo na UFPE e houveram muitos cortes financeiros federais destinados à educação, resultando em paralisações, greves e ocupações, inclusive no Centro de Artes e Educação (CAC). Mesmo com as aulas paralisadas, Bruno e outros estudantes criaram um grupo de estudos e discussões, que também contava com a participação de alguns professores do curso, inclusive de Luis de La Mora, que foi um nome importante na luta pela moradia digna na cidade do Recife. Aos poucos foram demandas de projetos para os estudantes, oriunda principalmente de contatos do grupo de professores. Os primeiros projetos tinham um cunho mais experimental, e ajudaram os integrantes a entender melhor e definir os objetivos do coletivo.

Com o tempo, o coletivo passou a participar de eventos, como os da Habitat para a Humanidade, onde criou novos contatos com ONGs e lideranças de comunidades. Iniciando o processo de participação em editais para a realização de projetos, o que levou à necessidade de formalização do coletivo, que se transformou em uma ONG no ano de 2020, inscrita sob o CNPJ 39.537.898/0001-77. Até o momento da entrevista, o Massapê possuía um total de 8 integrantes, e apesar de existirem divisões institucionais e divisões projetuais, os cargos não são hierarquizados. Além disso, se busca criar rotatividade dentro das funções internas, para que os membros obtenham experiências em todos os campos dentro da instituição.

Como uma Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, atualmente trabalha dentro da aprovação de editais e com parcerias junto a prefeituras e instituições tanto públicas como privadas. Realiza principalmente projetos voltados para urbanismo tático, requalificação de espaços públicos e diagnósticos urbanos, sempre contando com a participação popular. Um exemplo de diagnóstico urbano foi o Guia (co)Memorativo da Boa Vista, aprovado através do edital do *Matchfunding* BNDES+ Patrimônio Cultural, que foi um projeto de resgate da memória do sítio histórico da Boa Vista, e como resultado, alguns exemplares deste guia foram distribuídos para crianças que moram no

bairro. Trabalham ainda com o fortalecimento da cultura, memória e identidade das pessoas, de forma a ajudá-las a entender e se apropriar do espaço que habitam e com avaliações de políticas públicas para entender o território e as pessoas (em 2022 foi realizado para o Compaz e receberam o convite para realizar o da Unicef).

A maior dificuldade enfrentada atualmente é a falta de pessoal e a falta de tempo dos integrantes da ONG para se dedicarem 100% a ela, uma vez que existe a necessidade de se trabalhar fora para se manter financeiramente. Em relação à dificuldade de acessar a população de baixa renda, Bruno respondeu que evita “chegar de paraquedas” nas comunidades, que busca intervir quando o terreno já foi preparado pelas instituições parceiras, para que assim seja mais fácil criar um vínculo com a população.

Quando perguntado sobre o que falta para que mais profissionais se interessem por essa área, Bruno acredita que a dificuldade em acessar recursos financeiros, mesmo aqueles oriundos de editais, é algo que afasta os profissionais do trabalho social, uma vez que os coletivos precisam de formalização para que os contratos sejam celebrados. E aqueles que não são formalizados precisam conseguir recursos de outras formas, fato que foi responsável pela dissolução de outros coletivos que surgiram na mesma época, por exemplo. Já em relação a sua maior realização com o trabalho social feito, o entrevistado apontou que não o romantiza, uma vez que é um trabalho muito difícil e cansativo. Mas que mesmo assim, sente propósito no que faz no Massapê e que desta forma realmente vê sentido na arquitetura, diferente de como se sente trabalhando em um escritório convencional.

3.3.3. Abra Arquitetura

A entrevista foi realizada em 09/10/2024, com Samille Germana que é uma das fundadoras do Abra Arquitetura. O escritório está registrado com a razão social “Abra Serviços de Arquitetura LTDA” e inscrito no CNPJ 32.171.663/0001-65. A empresa tem o propósito de levar arquitetura de qualidade a todas as pessoas, tornando as reformas possíveis e de maneira acessível, oferecendo atendimento técnico principalmente para as classes C e D, de forma a otimizar as etapas construtivas, através de planejamentos para evitar o desperdício de materiais e amenizar o impacto ambiental. Surgiu como ideia da entrevistada e de alguns amigos de faculdade no ano de 2016, em 2017 iniciou o processo de incubação no Porto Social e virou uma empresa oficialmente em 2018.

A Abra também participou de outros programas de incubação e aceleração como Lab Habitação Artemísia (2019), Jump (2020), Porto Digital (2020), Negócio da Causa Nova Vivenda (2021) e Rede Habitat para Humanidade (2021). Além de outros como Estação Hack Facebook, PQPs e Programa JÁ É. Sua modelagem de negócio se caracteriza em Projetos 1/1, Oficinas de Cocriação, Workshop mão na massa, Campanhas de crowdfunding, Workshop Desafio Abra, Reformas, Ambientes reformados por meio de Financiamento e Ambientes reformados por meio de Subsídio

Atualmente o escritório oferece pagamento facilitado e parcelado para a população de baixa renda. Devido às dificuldades para se manter um negócio social, foi necessário expandir a visão em relação aos clientes, desta forma, a Abra passou a atender também às pessoas que não se encontram na menor faixa de renda, mas que ainda assim nunca acessaram serviços de arquitetura anteriormente. Segundo a entrevistada, grande parte da captação de clientes acontece através de indicações de outros clientes, além disso, existe um investimento nas redes sociais do escritório que ajuda na sua divulgação. A sustentabilidade do negócio também se dá através de subsídios oriundos de empresas parceiras, que patrocinam as reformas para aquelas famílias de menor renda, que não têm condições de pagar, nem de forma parcelada e nem financiada.

O primeiro desafio enfrentado foi a comunicação, pois as pessoas tinham muita dificuldade em entender a importância de se ter um projeto e de se planejar a obra, principalmente por uma questão cultural. Portanto, foi realizado um esforço para convencer a população de que na verdade, quando se planeja a obra, se organiza financeiramente e em relação à sua logística, os transtornos durante a execução são reduzidos. Outra dificuldade enfrentada é que as pessoas não têm noção do real custo de uma obra, o que às vezes acaba assustando alguns clientes com os valores apresentados nos orçamentos.

Sobre o potencial deste nicho de atuação crescer no mercado em Recife, ela acredita que pode sim crescer na cidade, pois há muita demanda para este ramo, desde que a comunicação seja bem trabalhada. Uma vez que existem muitos clientes que até podem acessar estes serviços com seus recursos próprios, por exemplo, mas que por falta de conhecimentos, acreditam que os serviços de arquitetura são algo muito distante da sua realidade.

Quando perguntada sobre sua maior realização com o trabalho social feito, Samille apontou que para ela os projetos representam qualidade de vida e dignidade para a população. E que se sente realizada pelo fato da sua profissão ser capaz de mudar a

realidade e impactar a vida das pessoas que mais precisam. É gratificante saber que através das suas habilidades, vidas serão transformadas, pois a arquitetura é mais do que o espaço estético em si.

3.3.4. Dona Obra

A entrevista foi realizada em 12/11/2024, com Denise Durey e Giuliana Lobo, fundadoras do Dona Obra. Segundo as entrevistadas, o surgimento do escritório aconteceu em algumas etapas. A primeira delas foi uma espécie de ideiação, entre o final de 2018 e todo o ano de 2019, período em que as duas eram voluntárias em um projeto social e se encontravam nas ações de final de semana deste projeto. Neste momento, ambas compartilharam suas inquietações e seu desejo em atuar para a população de menor renda. A partir daí elas passaram a estudar sobre o conceito de negócio de impacto social e a procurar quem já trabalhava desta forma no país.

No final de 2019, aconteceu a segunda etapa, com a formalização do Dona Obra. O escritório está registrado com a razão social “Lobo & Durey Arquitetura Ltda.” e inscrito no CNPJ 34.955.596/0001-03. Seu foco é o trabalho voltado ao atendimento e em levar acesso de serviços técnicos para quem é mais vulnerável financeiramente. No início, os projetos mais frequentes eram reformas em cômodos existentes. Porém, com o amadurecimento do negócio e um melhor atendimento do público das comunidades, percebeu-se que nem sempre as pessoas querem reformar apenas um cômodo, e ao invés disso preferem fazer o reboco da casa inteira, pintar ou instalar revestimento cerâmico, por exemplo. Então, atualmente existem pacotes tanto de reforma tanto por cômodo quanto por pacote de serviço. Além disso, também surgiu a demanda de projetos de interiores para ambientes comerciais, como por exemplo para lojas dentro da própria comunidade. Os serviços são vendidos diretamente ao público, que pode pagar de forma parcelada, ou a empresas que têm interesse em doar essas reformas para quem não tem condições de pagar.

Em relação a captação de clientes, o escritório utiliza redes sociais como o Instagram, Facebook e o LinkedIn para a divulgação online. Além disso, também é feita a divulgação off-line dentro da própria comunidade onde o escritório está situado. Pois no final, o tipo de venda “boca a boca” acaba sendo a melhor propaganda. E uma vez que um projeto é feito dentro da comunidade, ela passa a ser referência e outras pessoas também passam a se interessar pelo serviço.

Quando questionadas sobre as maiores dificuldades enfrentadas no Dona Obra, as entrevistadas responderam que no início foi necessário aprender a como empreender, entender sobre vendas, ações e estratégias de marketing, ainda mais para um público tão específico. Também existe a questão de que é necessário realizar a obra o mais rápido possível, uma vez que dificilmente o cliente tem a possibilidade de sair de casa enquanto esse processo ocorre, além da área ínfima e de difícil acesso de muitas dessas residências. Desta forma, a obra em um cômodo precisa acontecer em poucos dias, tendo em vista que não existe a possibilidade de interditar o único banheiro da casa por muito tempo, por exemplo. Além disso, nem sempre há espaço suficiente para que muitos profissionais trabalhem ao mesmo tempo no ambiente, então é necessário que uma única pessoa realize todas as etapas da reforma. O que se torna outro desafio, pois nem sempre é fácil encontrar mão de obra qualificada nas comunidades. Por fim, outra dificuldade apontada, foi aprender a se comunicar com o público alvo, pois foi necessário criar uma relação de confiança nesse início da atuação do escritório, já que ainda existia muita desconfiança por parte das pessoas.

Sobre o potencial deste nicho de atuação crescer no mercado em Recife, elas afirmaram que ele existe não só na cidade, mas sim no país inteiro, tendo em vista a enorme demanda e o contexto de desigualdade social no Brasil. Elas também não enxergam outros escritórios deste nicho como concorrentes, mas sim como colaboradores em promover dignidade para quem precisa. Já em relação a maior realização com o trabalho feito no escritório, as entrevistadas apontaram que o Dona Obra não é sobre reformas, mas sim sobre pessoas. E que é da natureza delas se colocarem a serviço da população menos favorecida, uma vez que se reconhecem como privilegiadas e entendem que seu papel é reverter este privilégio em benefício de transformação social, e que o caminho escolhido para isso foi a construção civil, por ser o dom delas. Também é gratificante olhar para as pessoas e para a transformação de vidas que o escritório proporciona, em como o Dona Obra é capaz de gerar impacto, seja através das reformas, de conversas, de escuta ativa ou de um olhar atento sobre a população e o território para realmente entender suas necessidades. Além disso, existem planos para que no futuro o escritório possa também realizar ações que vão além da arquitetura, como por exemplo oferecer capacitação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade, visando criar independência financeira. Pois como Denise e Giuliana reforçaram, o seu foco é o impacto social.

3.3.5. Atelier Vivo

A entrevista foi realizada em 26/11/2024, com o arquiteto Lula Marcondes, que é um dos coordenadores do Atelier Vivo, juntamente com os também arquitetos Michael Phillips e Natan Nigro, além do escritório parceiro cofundador O Norte - Oficina de criação. O coletivo segue um modelo de estrutura horizontal em relação a hierarquias, mas existem algumas divisões de funções como coordenadores, tutores e organizadores. Seu surgimento se iniciou em 2014, enquanto o entrevistado fazia mestrado e teve contato com o programa Rural Studio da Universidade de Auburn, no Alabama, que realiza a construção de casas com custo reduzido para a população de áreas rurais. Um dos coordenadores deste programa, o apresentou ao australiano Michael Phillips, que demonstrou interesse em vir ao Brasil e iniciar um programa com a abordagem pedagógica de Design Building.

Antes de iniciar o trabalho em Recife, eles também fizeram parte de um programa social na Bahia. E então, em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco, onde o entrevistado atua como professor, os dois começaram a desenvolver ações e palestras que deram início ao Atelier Vivo, oficialmente no ano de 2015. A primeira ação teve que ser cancelada pela Unicap pouco tempo antes da sua realização, devido à falta de recursos. Mesmo assim, os fundadores do coletivo decidiram seguir com a ação de forma independente, mudando o local de intervenção para o Alto da Sé, no Sítio Histórico de Olinda. Segundo o entrevistado essa foi a “pedra fundamental” do Atelier Vivo.

O coletivo atua com a pedagogia do canteiro de obras, através da abordagem de desenho-construção, que segundo Lula Marcondes é uma experiência que falta nos cursos de formação em arquitetura e urbanismo. Este trabalho beneficia comunidades carentes na cidade, e também quem participa do projeto, por adquirir experiências educacionais na área. Atualmente as ações realizadas pelo Atelier Vivo são autofinanciadas e também pagas com a verba captada com as inscrições dos participantes. Também existem parcerias com instituições como a Unicap, UFPE, ARIES, Prefeitura do Recife, o coletivo Massapê, entre outros. Todo dinheiro arrecadado é convertido para a compra de equipamentos para o coletivo e em investimentos para as ações realizadas, portanto, os membros trabalham de forma voluntária e sem receber por isso. Os projetos têm um viés experimental e a durabilidade dos materiais varia de acordo com a necessidade de cada projeto e com a verba destinada a ele.

Em relação às dificuldades enfrentadas, o entrevistado afirmou que a maior delas é a falta de tempo para se dedicar ao projeto, tendo em vista que, por não terem retorno financeiro com coletivo, os membros precisam trabalhar em outros locais, por isso só podem realizar ações em momentos de férias e momento livres na agenda, por exemplo. Outra questão é a dificuldade em levantar recursos para manter o coletivo ativo. Além disso, existe uma questão cultural que vai de encontro com a fragilidade da estrutura dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, onde os profissionais nem sempre estão dispostos a “colocar a mão na massa” e ainda existe uma visão elitista no meio.

Sobre a questão da comunicação com a população, ele revelou que inicialmente há uma certa desconfiança por parte das pessoas, e que é preciso ter a habilidade de dialogar de igual para igual, de ouvir de forma ativa. Pois, sem escuta, o profissional se põe em um lugar superior, e quando isso acontece não existe diálogo, portanto, não existe a confiança. Como arquiteto, é necessário ter um olhar horizontal, assim é possível conquistar a confiança e criar uma amizade com os membros da comunidade.

Por fim, quando questionado sobre sua maior realização com o trabalho social realizado no Atelier Vivo, o arquiteto afirma que é uma sensação incrível ver a satisfação de quem participou das ações, e que sente plenitude profissional, social e humana com as ações promovidas pelo coletivo. Para ele é essencial ter desprendimento para sair da zona de conforto e atuar em prol de quem mais precisa.

3.3.6. CAUS Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade

A entrevista foi realizada em 14/01/2025, com Luan Melo, que oficialmente ocupa o cargo de diretor executivo na CAUS. Porém, segundo o mesmo, essa divisão formal não está muito bem delimitada na prática. Assim, todos os membros da cooperativa atuam como assessores técnicos e se organizam de acordo com os projetos que estejam sendo desenvolvidos no momento. O coletivo tem como nome fantasia “Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade” e como nome jurídico “Coletivo Arquitetura Urbanismo e Sociedade”, estando inscrito sob o CNPJ 48.718.281/0001-49. Seu surgimento aconteceu entre os anos de 2014 e 2015, momento em que estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE montaram uma chapa visando reativar o Diretório Acadêmico (D.A) Reginaldo Esteves, que em 2014, já estava desativado havia cerca de dez anos. Essa não foi a primeira tentativa de reativação do Diretório, porém, nas anteriores não obtiveram êxito. Bem como nas tentativas de formação de um

escritório modelo, seguindo o projeto da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA), no qual os estudantes são responsáveis por conduzirem uma experiência de extensão popular para assessoria técnica.

Segundo o entrevistado, a experiência de ocupação física do Cais José Estelita, em um ato de resistência contra o projeto Novo Recife, criou a necessidade da formação de um espaço onde os alunos pudessem atuar politicamente enquanto corpo coletivo, na incidência em temas do desenvolvimento urbano da cidade do Recife, além de pleitear pautas internas do curso de Arquitetura e Urbanismo e da UFPE. Desta forma, com a reativação do Diretório Acadêmico e com a formação de uma rede, oriunda da ocupação e composta por movimentos, ONG's e comunidades, criou-se uma colaboração técnica em processos de resistência contra remoções forçadas e outras questões urbanas na cidade, por exemplo. Mesmo com o fim da gestão do D.A, os seus membros permaneceram engajados com as assessorias e decidiram formar um coletivo, que posteriormente foi chamado Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade.

Na CAUS é desenvolvido um trabalho de apoio técnico junto a comunidades organizadas contra remoções ou por melhorias em seus territórios, além de colaborar com movimentos sociais de moradia e outras pautas relacionadas ao desenvolvimento urbano. Atualmente, estão sendo desenvolvidas três atividades principais de assessoramento. São elas: com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), em um planejamento interno de ações, e na incidência para destravar alguns processos junto à Prefeitura do Recife, referentes a um terreno cedido para o projeto MCMV-E; com o Coletivo Somos Todos Muribeca, na elaboração de um plano de redução de riscos, com recursos da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades; e em atividades de extensão universitária em parceria com o Laboratório Espaço e Política do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (LEP), na Comunidade da Linha, no bairro do Ibura de Baixo. Também são feitos acompanhamentos pontuais de comunidades nos quais já foram desenvolvidas atividades, e que continuam na luta por moradia. Além disso, a Cooperativa faz parte da organização do 3º Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, que acontecerá em abril de 2025, em Aracaju (SE), por meio da Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, grupo do qual a CAUS participa desde a fundação.

A sustentabilidade financeira foi apontada como um grande desafio na continuidade das ações realizadas na CAUS, principalmente porque em muitos momentos existe a necessidade de se colocar contra as estruturas de poder político e econômico na

cidade. No entanto, nos últimos anos, foi possível criar diversas parcerias com outras organizações do terceiro setor e mandatos progressistas nas câmaras municipal e estadual, através da contratação de serviços para a produção de dados referentes à política urbana e projetos alternativos frente à ameaça de despejos de comunidades. Porém, ainda não há a possibilidade de dedicação exclusiva dos assessores ao trabalho realizado na Cooperativa, portanto é necessário que eles desenvolvam outras atividades profissionais externas. Os membros entendem que, para que sua atuação não seja precarizada, é importante a estruturação de políticas públicas de fomento à assistência e assessoria técnica e, diante disso, procuram se organizar em espaços de incidência para disputar politicamente essas ações.

Além da precarização em relação à remuneração, outras dificuldades apontadas foram, a atuação em conflitos fundiários e o posicionamento político, marcadamente em uma posição à esquerda, que são, por vezes, vistos como radicais nos meios técnicos da cidade, o que pode levar a reações adversas que se expressam de várias maneiras, como pressão política sobre os assessores. Além da sensação de impotência, que acontece muitas vezes, diante da violência estatal e do poder econômico com seus grupos de interesse sobre os territórios populares, como as CIS e ZEIS, que deveriam ser regularizadas e urbanizadas, mas que, no entanto, vivem sob constante insegurança jurídica. Entretanto, não há dificuldades no que se refere ao acesso aos grupos territoriais com os quais trabalham, tendo em vista que o contato se dá por meio do envolvimento político dos integrantes da Cooperativa, e das articulações e redes que lutam por direitos nas cidades.

Quando perguntado sobre o que acredita faltar para que mais profissionais de Arquitetura e Urbanismo se interessem pelo trabalho social, o entrevistado apontou que possui um incômodo com o tratamento excepcional dado às práticas de assessoria técnica a territórios vulnerabilizados como sendo uma "extensão" do fazer profissional de arquitetos e urbanistas, "uma outra coisa". Além disso, considera que não existe Arquitetura e Urbanismo que não sejam "sociais", tendo em vista que todo desenho, toda decisão projetual, tem implicações sociais e políticas diversas. Mas que existe uma questão importante na formação acadêmica que precisa ser tratada. Para ele, é preciso que os cursos da área promovam uma visão da profissão baseada na cidade real, com os problemas reais, e que os estudantes estejam preparados para lidar profissionalmente e tecnicamente com estas questões, pois é importante sair do processo de formação profissional sabendo projetar desde um centro cultural, um empresarial e uma intervenção

em uma favela, por exemplo, tendo em vista que todos possuem a mesma importância. Pois, a Universidade, é o espaço de formação de profissionais que vão atuar no mercado, no poder público, no terceiro setor e outras áreas, e que precisam ter essa consciência independente se vão atuar diretamente com assessoria técnica ou não.

Outra questão apresentada, é que não existe um sistema público estruturado para dar encaminhamento aos direitos previstos na Lei de ATHIS (Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008), como o Sistema Único de Saúde (SUS), ou as Defensorias Públicas no caso do direito. Desta forma, há uma certa dificuldade em atrair pessoas em processo de formação para se envolver com essas práticas, sem a garantia de uma oportunidade de reconhecimento profissional e da estruturação de uma carreira. Além disso, acredita que essa relação deve ser colocada a partir do direito à moradia e não como uma reserva de mercado, como muitas vezes é propagado por entidades de classe de Arquitetura e Urbanismo, eventualmente conduzidas por pessoas que desconhecem o histórico de luta social por trás dessas práticas.

A atuação da CAUS parte da ideia de uma assessoria técnica popular, que se baseia nos princípios da educação popular, buscando evitar a instituição de relações clientelistas e paternalistas, prezando pela autodeterminação dos territórios e respeitando o poder de agência das comunidades. Luan acredita que a assessoria deve ser entendida mais como um direito e uma demanda dos territórios populares, e menos como um mercado a ser explorado por profissionais de arquitetura. Levando em consideração a estruturação de políticas públicas que também estão em disputa por concepções neoliberais nesse fazer profissional, o que pode implicar em questões diversas, como o endividamento das famílias ou posturas que tomam os supostos "beneficiários" como sujeitos "incapazes", em detrimento de uma abordagem que os considere como "sujeitos de direito" e "protagonistas" no processo.

Entretanto, não acredita que é preciso ser maniqueísta, e entende que existe espaço para vários formatos nesse campo de atuação. E que suas ressalvas são em relação à penetração de ideias mercadológicas como ideário predominante nesse campo, que se apropriam de uma luta histórica para a obtenção de lucro, sem compromisso com uma noção de direitos. Também reconhece que há muita tecnologia social sendo construída por grupos que se intitulam "negócios sociais", "empresa júnior", entre outros, e que podem contribuir para o aperfeiçoamento de práticas nesse campo. Além disso, muitas vezes as iniciativas são bem-intencionadas e representam a forma viável que encontraram para atuar nesse contexto.

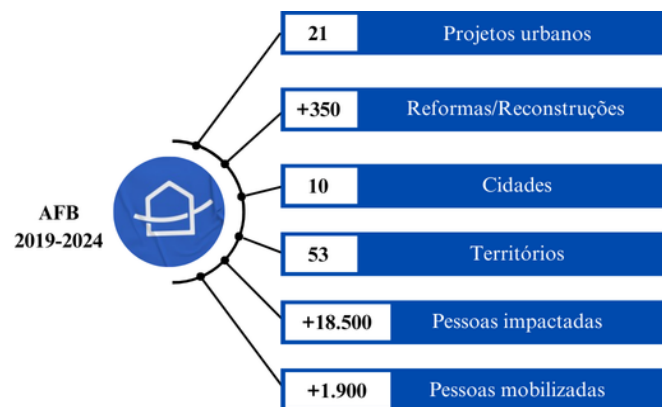
3.4. Resultados e discussão: Impacto causado

Após a realização das entrevistas e da coleta de dados, foi necessário definir como quantificar o impacto social causado, levando em consideração que impacto é algo muito relativo e subjetivo. Portanto, esta pesquisa se estrutura em dois eixos de análise, o primeiro deles é um **Eixo Quantitativo**, onde foi analisada a quantidade de projetos realizados pelos escritórios e coletivos entrevistados. E o segundo é um **Eixo Qualitativo**, onde a ideia foi trazer alguns projetos realizados por estes negócios, para exemplificar de forma mais concreta o quanto suas ações têm o poder de transformar vidas a partir de critérios pré-estabelecidos.

3.4.1. Eixo Quantitativo

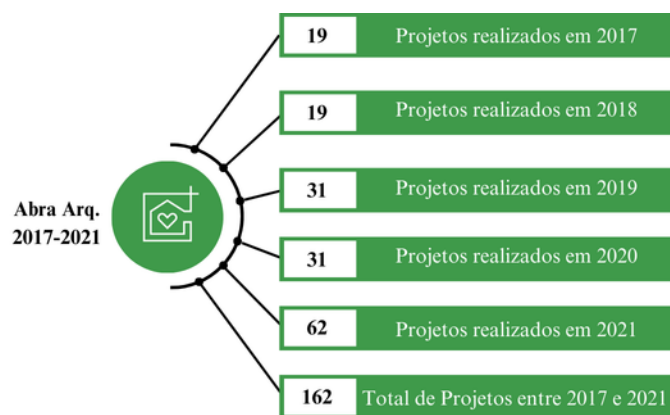
Durante as entrevistas, foi solicitado que se possível, os escritórios e coletivos disponibilizassem dados a respeito da quantidade de projetos realizados e/ou quantidade de pessoas impactadas por estes projetos. Os escritórios Arquitetura Faz Bem (Figura 1) e Dona Obra (Figura 3) possuíam tais dados organizados desde o seu surgimento até o ano de 2024. Já o escritório Abra Arquitetura (Figura 2) possuía tais dados organizados desde o seu surgimento até o ano de 2021. Em relação aos coletivos, o Atelier Vivo (Figura 5) possuía tais registros desde o seu surgimento até o ano de 2023. Já o Massapê (Figura 4) possuía dados gerais a respeito da quantidade de projetos, porém não atualizados, portanto, não se sabe ao certo até qual ano eles se referem. Por fim, a CAUS, até o momento da entrevista não possuía esse tipo de informação registrada. Abaixo serão apresentados alguns diagramas com as informações individuais de cada escritório e coletivo.

Figura 13 - Diagrama Arquitetura Faz Bem



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Figura 14 - Diagrama Abra Arquitetura



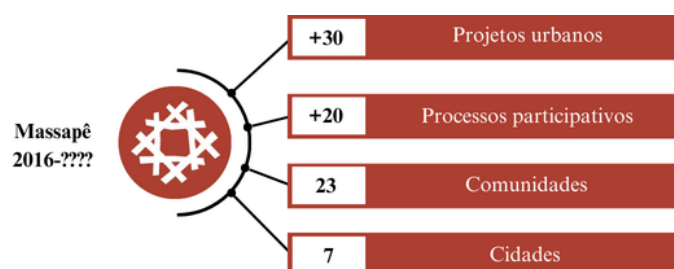
Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Figura 15 - Diagrama Dona Obra



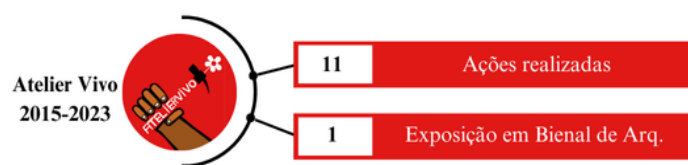
Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Figura 16 - Diagrama Massapê



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Figura 17 - Diagrama Atelier Vivo



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Obs: Devido à falta de registro dos dados necessários, não foi possível elaborar um diagrama para a CAUS - Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade.

A partir dos dados individuais, foi possível elaborar uma tabela comparativa (Tabela 1) levando em consideração a quantidade de projetos realizados/pessoas impactadas (se esta informação foi disponibilizada) e o período de tempo.

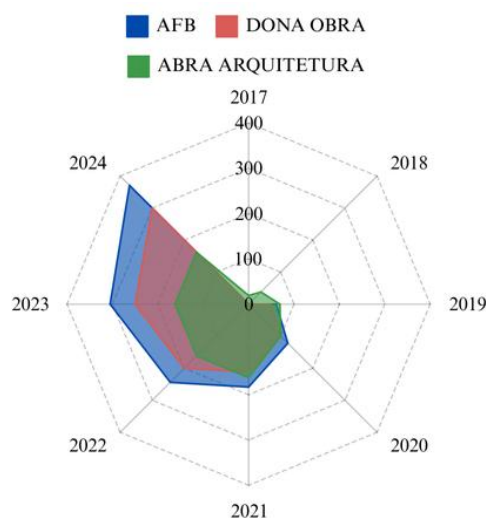
Tabela 1 - Relação comparativa entre escritórios e coletivos a partir dos dados recebidos

Escritório/Coletivo	Quantidade de projetos realizados	Quantidade de pessoas impactadas	Período
AFB	Aprox. 371	Aprox. 18.500	2019-2024
Massapê	30	-	2016-????
Abra Arquitetura	162	-	2017-2021
Dona Obra	Aprox. 300	Aprox. 1000	2019-2024
Atelier Vivo	11	-	2015-2023
CAUS	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Em seguida, a partir da tabela acima, foram elaborados alguns gráficos que auxiliam numa melhor leitura e compreensão das informações e exemplificam de forma mais clara os dados comparativos entre cada escritório e coletivo. O gráfico abaixo (Gráfico 1), realiza um comparativo entre o quantitativo de projetos realizados pelos escritórios Arquitetura Faz Bem, Dona e Abra Arquitetura, entre os anos de 2017 e 2024.

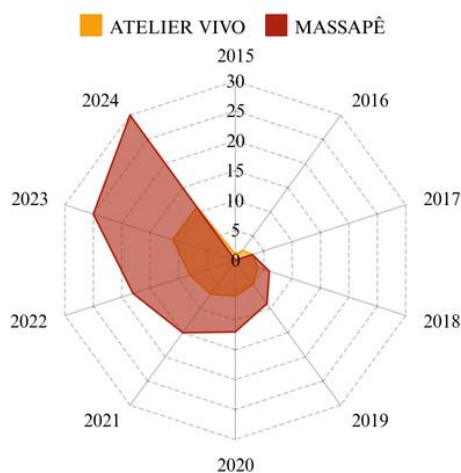
Gráfico 1 - Relação comparativa entre escritórios a partir dos dados recebidos



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

O próximo gráfico (Gráfico 2), realiza um comparativo entre o quantitativo de projetos realizados pelos coletivos, Atelier Vivo e Massapê, entre os anos de 2015 e 2024.

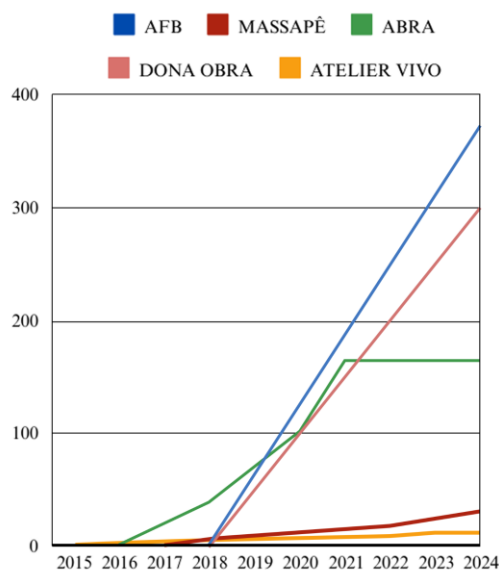
Gráfico 2 - Relação comparativa entre coletivos a partir dos dados recebidos



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Por fim, foi elaborado um gráfico geral (Gráfico 3), onde é realizado um comparativo entre o quantitativo de projetos realizados pelos escritórios e pelos coletivos, entre os anos de 2015 e 2024.

Gráfico 3 - Relação comparativa entre escritórios e coletivos a partir dos dados recebidos



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

É importante ainda que alguns pontos sejam levados em consideração. Como por exemplo, os dados do Abra Arquitetura, do Massapê e do Atelier Vivo não estão atualizados, portanto, nos anos em que não existe o registro da quantidade de projetos realizados, o número total mais atualizado foi repetido. Além disso, apenas o Abra Arquitetura disponibilizou a quantidade de projetos organizada por ano. Dessa forma, para a elaboração dos gráficos dos demais escritórios e coletivos, optou-se por dividir a quantidade total de projetos pela quantidade total de anos em que eles foram executados de forma proporcional. Por fim, é essencial reforçar que o fato da CAUS - Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade não possuir o registro dos dados necessários para as análises feitas nesta pesquisa, não anula o quão importante é o seu trabalho junto a comunidades carentes, principalmente no que diz respeito a regularização fundiária e melhorias urbanísticas. Por esta razão, optou-se por manter a análise qualitativa dos projetos realizados pelo coletivo.

3.4.2. Eixo Qualitativo

Neste capítulo, será elaborada a análise de alguns projetos realizados pelos escritórios e coletivos entrevistados. Desta forma, foram selecionados dois projetos de cada um deles. Buscou-se selecionar projetos de diferentes tipos e escalas, com o intuito de tornar este estudo mais diversificado. O objetivo é avaliar como os projetos se alinham

com a ideia de impacto social, identificando se eles de fato proporcionaram um aprimoramento na qualidade de vida das pessoas, além de possíveis oportunidades de melhoria. Para tanto, foram definidos alguns critérios que nortearam esta análise. A aplicação destes critérios buscou oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre a eficácia dos projetos no que se refere ao impacto social, bem como contribuir para a formulação de possíveis recomendações que possam aprimorar futuras iniciativas. Os critérios definidos foram:

Para projetos de escala urbana:

- **[1] Processo participativo:** Os moradores da comunidade foram incluídos no processo de planejamento e/ou execução do projeto?
- **[2] Melhoria da qualidade de vida:** O projeto influencia na melhoria do dia a dia das pessoas, especialmente levando em consideração o contexto de comunidades carentes?
- **[3] Adequação ao contexto urbano:** O projeto se integra de forma harmoniosa com o seu entorno? Levando em consideração as características e as necessidades locais?
- **[4] Respeito à cultura local:** O projeto considera os aspectos culturais da comunidade e promove a identidade local? Além de se tornar um marco referencial para os moradores, reforçando a sensação de pertencimento do espaço?
- **[5] Promoção de convivência e integração social:** O espaço funciona como ponto de encontro para pessoas de diferentes idades e integração entre grupos diversos da comunidade?
- **[6] Materiais e Manutenção a longo prazo:** Os materiais utilizados apresentam boa resistência e durabilidade, considerando o uso intenso do espaço público? Além disso, promovem a possibilidade de manutenções ao longo do tempo?
- **[7] Acessibilidade:** O projeto prevê acessibilidade para que diferentes públicos possam usufruir do espaço, independentemente de suas limitações?
- **[8] Funcionalidade:** O projeto atende às necessidades dos usuários de forma prática? A distribuição dos espaços é eficiente e responde de maneira eficaz às demandas da comunidade?

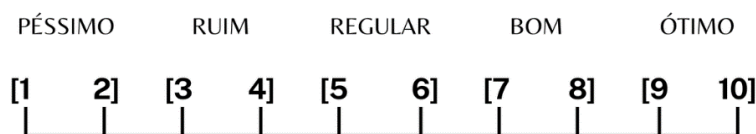
- **[9] Equipamentos urbanos/Distribuição dos espaços:** Existem equipamentos que favoreçam a utilização do espaço pela comunidade? Existem variedade de espaços que atendem às diferentes necessidades da comunidade?

Para projetos de escala arquitetônica:

- **[1] Respeito às vontades dos usuários do espaço:** O projeto considera os desejos e necessidades dos moradores?
- **[2] Melhoria da Salubridade/Qualidade de vida?** O projeto melhorou a salubridade do cômodo em que houve a intervenção?
- **[3] Espaço de pertencimento:** Através do projeto os moradores fortaleceram/criaram uma relação afetiva com o espaço?
- **[4] Acessibilidade/Segurança:** O projeto é acessível para atender às necessidades específicas dos moradores? O projeto melhorou a segurança dos moradores?
- **[5] Funcionalidade:** O projeto atende às necessidades dos moradores de forma prática? A distribuição dos espaços é eficiente e responde de maneira eficaz às demandas dos moradores?
- **[6] Conforto térmico e lumínico:** O projeto criou alternativas para melhorar a iluminação e a ventilação do ambiente?
- **[7] Uso de materiais e acabamentos:** Os materiais são duráveis e adequados para o tipo de uso do ambiente?
- **[8] Viabilidade econômica:** A solução proposta é viável levando em consideração os recursos financeiros limitados?
- **[9] Manutenção a longo prazo:** O uso de materiais e acabamentos facilita a durabilidade e manutenção das soluções ao longo do tempo?

E a partir destes critérios, criou-se uma escala de análise (Gráfico 4) que engloba notas entre 1 e 10, visando medir a qualidade dos projetos. As notas correspondem à quantidade de critérios atendidos. Será considerado péssimo um projeto que possuir nota 1 ou 2, ou seja, que não atenderem nenhum ou apenas 1 dos critérios de análise. Ruim se possuir nota 3 ou 4, ou seja, que atenderem 2 ou 3 dos critérios de análise. Regular se possuir nota 5 ou 6, ou seja, que atenderem 4 ou 5 dos critérios de análise. Bom se possuir nota 7 ou 8, ou seja, que atenderem 6 ou 7 dos critérios de análise; e Ótimo se possuir nota 9 ou 10, ou seja, que atenderem 8 ou todos os 9 dos critérios de análise.

Gráfico 4 - Relação quantidade de critérios atendidos



Fonte: Elaboração Própria, 2025.

3.4.2.1. Arquitetura Faz Bem

O primeiro projeto escolhido foi a Praça de Entra Apulso, comunidade localizada no bairro de Boa Viagem, no Recife (Figura 6), que antes da intervenção era um espaço subutilizado, e que não possuía uma estrutura apropriada e necessária para atender a população (Figura 7). O projeto (Figuras 8, 9 e 10) foi realizado graças à parceria entre o AFB e o Instituto Shopping Recife, situado na região. No processo participativo, cerca de 350 pessoas foram ouvidas, entre crianças, jovens e adultos, e foram realizadas mais de 15 dinâmicas em grupo. A praça conta com brinquedos lúdicos, quadra esportiva, área de convivência, um pergolado de cordas em homenagem às lavadeiras do bairro e um desenho de piso colorido, que remete a identidade da população (Figuras 11, 12, 13 e 14). Segundo dados da Prefeitura do Recife⁴⁸, a praça tem mais de 800m² e atende a cerca de 3 mil famílias da comunidade. É possível perceber o quanto o projeto é importante para a região no depoimento de uma das moradoras de Entra Apulso, Cleide Maria da Silva, que tem 56 anos de idade e mora na região desde o seu nascimento. Segundo a mesma: “A gente esperou tanto por isso que hoje eu estou sentindo que um grande sonho vai ser realizado. Vai ser muito bom para trazer as crianças. Em vez das crianças ficarem dentro de casa, presas, vão poder vir para cá”

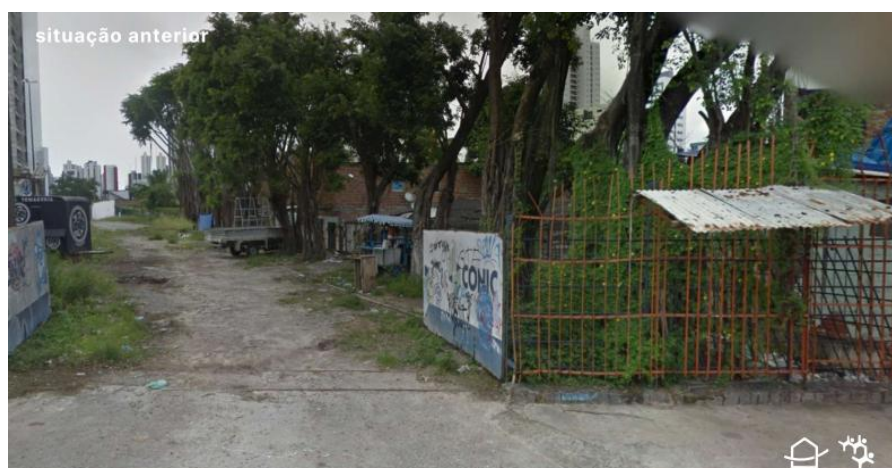
⁴⁸ Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/04/09/2023/comunidade-entra-pulso-ganhara-nova-praca>>. Acesso em 20 jan, 2025.

Figura 18 - Vista superior Praça de Entra Apulso antes da intervenção



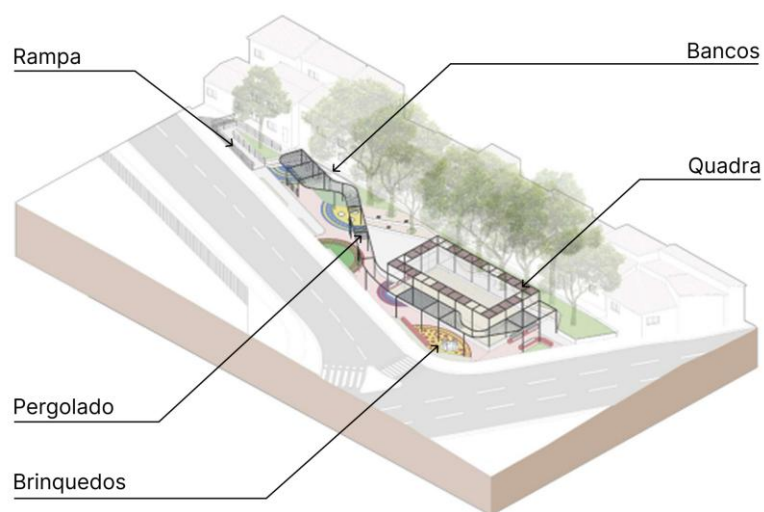
Fonte: Imagem retirada do Google Maps® e manipulada pela autora, em 15/02/2025.

Figura 19 - Praça de Entra Apulso antes da intervenção



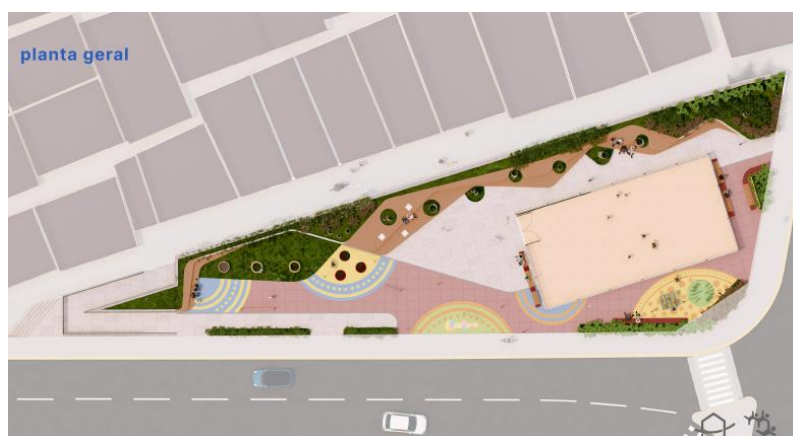
Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2024.

Figura 20 - Perspectiva do projeto para Praça de Entra Apulso



Fonte: Arquitetura Faz Bem (2024), manipulada pela autora em 01/03/2025.

Figura 21 - Planta geral do projeto para Praça de Entra Apulso



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2024.

Figura 22 - Zoneamento do projeto para Praça de Entra Apulso



Fonte: Arquitetura Faz Bem (2024), manipulada pela autora em 01/03/2025.

Figura 23 - Vista superior do projeto para Praça de Entra Apulso



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2024.

Figura 24 - Perspectiva com pergolado, brinquedos e quadra no projeto para Praça de Entra Apulso



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2024.

Figura 25 - Perspectiva da quadra no projeto para Praça de Entra Apulso



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2024.

Figura 26 - Vista superior da Praça de Entra Apulso finalizada



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2024.

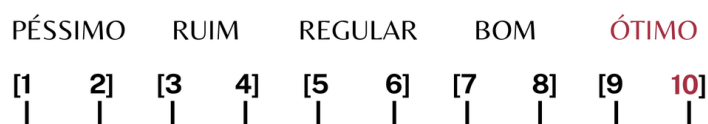
Quando o projeto da Praça de Entra Apulso é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade, com diferentes faixas etárias, foram incluídos durante o processo de planejamento do espaço;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que um espaço insalubre e desprovido de equipamentos se tornou ponto de encontro e de diferentes atividades para os moradores;
- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a praça se integra ao entorno imediato de maneira harmônica e respeita a escala humana;
- O projeto atende ao critério de **respeito à cultura local**, e isso fica claro não só pelo fato de a população ser ouvida durante o processo de idealização do projeto, mas também em como a cultura das lavadeiras do bairro foi homenageada através do pergolado de cordas criado, reforçando a sensação de pertencimento da comunidade;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambientes variados e que podem ser usufruídos por diferentes faixas etárias;
- O projeto atende ao critério **Materiais e Manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais utilizados aparentam ter boa resistência e

durabilidade, além de se adequarem ao uso proposto e ao contexto que está inserido, além de promoverem a possibilidade de manutenções ao longo do tempo;

- O projeto atende ao critério de **acessibilidade**, uma vez que possui rampa acessível para cadeirantes. Porém, um ponto de atenção a ser citado é o fato de não ficar muito claro no projeto se outras estratégias para a promoção da acessibilidade foram utilizadas;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população, apresentando fluxos que garantem *promenade*⁴⁹, e permanência;
- O projeto atende ao critério de **Equipamentos urbanos/Distribuição dos espaços**, uma vez que possui áreas de convivência, áreas para a prática de atividades físicas e áreas para crianças brincarem.

Portanto, por atender de maneira satisfatória todos os 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto da Praça de Entra Apulso pode ser classificado com nota 10, portanto considerado como ótimo.



Outro projeto realizado pelo Arquitetura Faz Bem foi a Casa de Dalva⁵⁰, também localizada em Entra Apulso. A casa foi fruto da parceria entre o escritório e o Instituto Shopping Recife, que reformou um total de cinco moradias na comunidade. Com uma área de 22m², Dona Dalva e seu filho viviam em um ambiente completamente insalubre, onde o banheiro e a cozinha eram separados apenas por tecidos (Imagem 15) e o quarto não possuía condições adequadas para atender aos moradores (Imagem 16). Uma questão importante do projeto foi a casa estar localizada em uma esquina, onde a maioria das residências são geminadas, porém, os moradores expressaram o desejo de que não fossem criadas janelas, por questões de privacidade. Portanto, foi necessário atender a um

⁴⁹ Equivalente a percurso ou passeio.

⁵⁰ Disponível em: <<https://arquiteturafazbem.wordpress.com/2020/05/12/a-casa-de-dalva/>>. Acesso em 20 jan, 2025.

programa básico de casa popular com o projeto, de forma que ainda fosse possível solucionar as questões de ventilação e iluminação, sem a criação de janelas voltadas para a rua. A solução encontrada foi criar um projeto onde os ambientes fossem integrados, exceto o banheiro (Figura 17). Também foram usados cobogós para criar uma espécie de *shed*, assim foi possível garantir iluminação natural e ventilação na residência. (Figura 18). A obra foi realizada em 45 dias e como resultado criou-se um ambiente iluminado, ventilado, funcional e muito mais salubre para os moradores (Figuras 19, 20 e 21). Na fachada, ainda foi feita uma arte que retrata a família da Dona Dalva (Figura 22).

Figura 27 - Cozinha/Banheiro na casa de Dalva antes da intervenção



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 28 - Quarto na casa de Dalva antes da intervenção



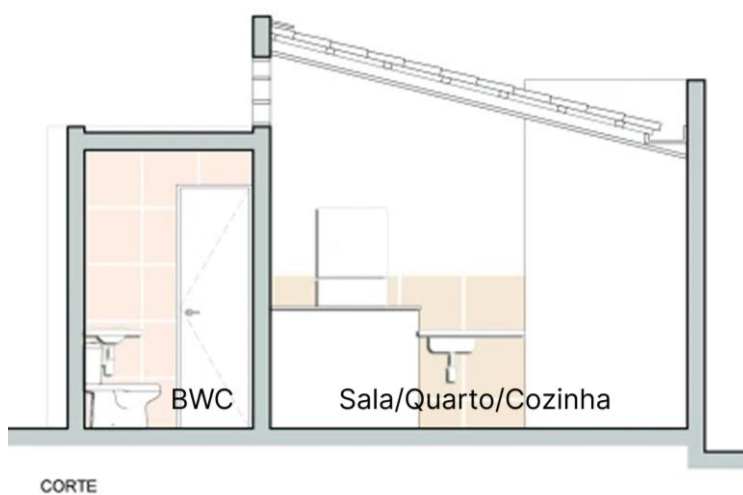
Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 29 - Planta baixa do projeto A Casa de Dalva



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 30 - Corte do projeto A Casa de Dalva



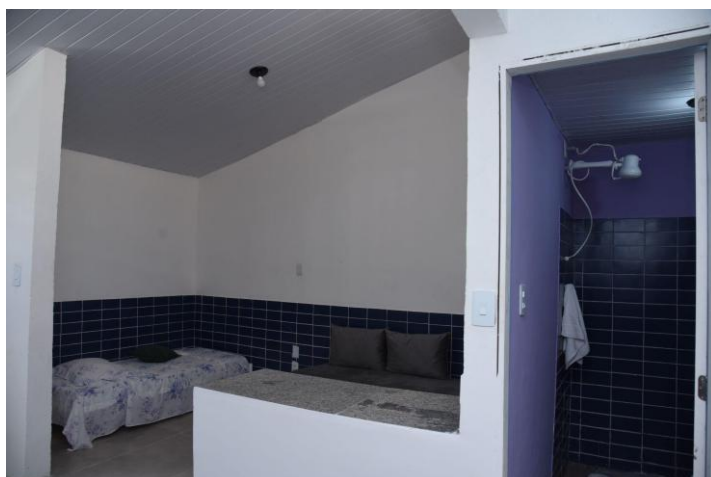
Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 31 - Cozinha/Sala da Casa de Dalva finalizada



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 32 - Quarto e Banheiro da Casa de Dalva finalizada



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 33 - Banheiro da Casa de Dalva finalizada



Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Figura 34 - Fachada da Casa de Dalva finalizada



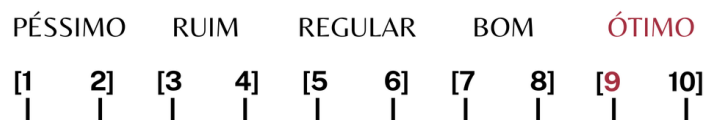
Fonte: Arquitetura Faz Bem, 2020.

Quando o projeto A Casa de Dalva é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **respeito às vontades dos usuários do espaço**, uma vez que os desejos dos moradores foram levados em consideração, como por exemplo no que diz respeito à questão da privacidade;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da salubridade/qualidade de vida**, uma vez que a casa se tornou muito mais salubre e higiênica;
- O projeto atende ao critério de **espaço de pertencimento**, isso fica claro não só pelo fato de os moradores serem ouvidos durante o processo de idealização do projeto, mas também em como a família foi representada de forma tão sensível na fachada da edificação, fortalecendo a relação afetiva com o espaço;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade/segurança**, pois não fica claro se os moradores possuíam alguma necessidade específica que precisasse ser atendida;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende às necessidades dos moradores de forma prática e organizada com uma distribuição de ambientes que responde de maneira eficaz às demandas;

- O projeto atende ao critério de **conforto térmico e lumínico**, tendo em vista que criou alternativas para melhorar a iluminação e a ventilação do ambiente mesmo diante das restrições encontradas;
- O projeto atende ao critério de **uso de materiais e acabamentos**, uma vez que foram aplicados materiais, como por exemplo revestimentos, adequados para o tipo de uso do ambiente;
- O projeto atende ao critério de **viabilidade econômica**, uma vez que as soluções propostas são viáveis levando em consideração os recursos financeiros limitados;
- O projeto atende ao critério de **manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais e acabamentos utilizados facilitam a durabilidade e manutenção das soluções ao longo do tempo.

Portanto, por atender de maneira satisfatória 8 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto A Casa de Dalva pode ser classificado com nota 9, portanto considerado como ótimo.

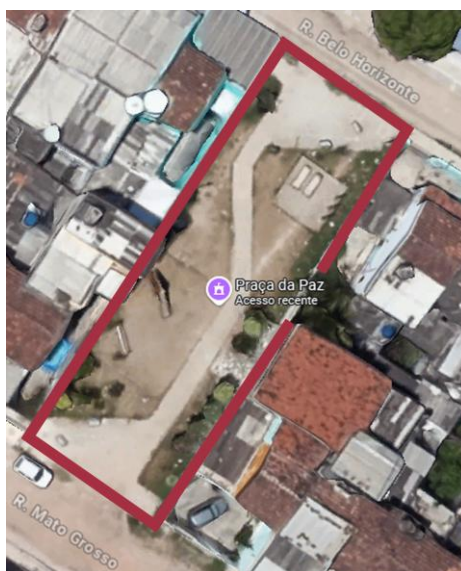


3.4.2.2. Massapê

O primeiro projeto escolhido foi o “Meu Bairro Brincante” (2025), realizado na Praça da Paz de Jardim Brasil II, em Olinda, localizado na Região Metropolitana do Recife (Figura 23), um espaço que carecia de brinquedos, áreas de convivência e de manutenção adequada (Figuras 24, 25 e 26). A maior intenção projetual foi a inclusão das crianças como protagonistas desde a fase da idealização, através de rodas de conversa, respeitando os desejos de todos que iriam utilizar o espaço e visando aumentar o sentimento de vizinhança, e consequentemente as probabilidades de êxito no projeto. Entre os meses de fevereiro e março de 2019, foi realizada a requalificação da Praça da Paz (Figuras 27, 28 e 29), através do processo participativo com os moradores, resultando em melhorias na qualidade de vida, na segurança da região e no desenvolvimento

cognitivo das crianças do bairro. Além disso, a Praça passou a funcionar como um modelo que poderá ser replicado em outras localidades com necessidades parecidas. E através de uma avaliação de impacto de transformação, realizada pelo próprio coletivo, foi possível chegar à conclusão que houve um aumento no número de crianças e idosos que utilizam o espaço, da prática de permanência na praça e da sensação de pertencimento por parte dos moradores, além da redução do fluxo de veículos no espaço. Este impacto fica ainda mais evidente no depoimento da moradora Lucilene Costa: “Esse lugar estava abandonado como os outros, agora temos uma atração para as crianças. Antes, não tinha o que a gente fazer aqui. É uma ação que ajuda a valorizar o bairro”

Figura 35 - Localização da Praça da Paz



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® e manipulada pela autora, em 15/02/2025.

Figura 36 - Praça da Paz antes da requalificação



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 37 - Praça da Paz antes da requalificação



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 38 - Praça da Paz antes da requalificação



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 39 - População usufruindo a Praça da Paz depois da requalificação



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 40 - Novos brinquedos instalados na Praça da Paz com a requalificação



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 41 - Novos brinquedos instalados na Praça da Paz com a requalificação



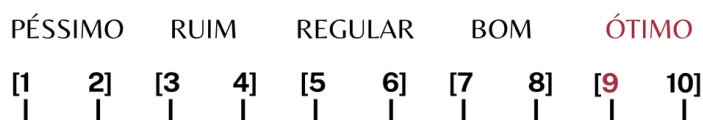
Fonte: Massapê, 2019.

Quando o projeto da Praça da Paz é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade, com diferentes faixas etárias, foram incluídos durante o processo de planejamento e execução do espaço;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que um espaço carente de infraestrutura se tornou ponto de encontro e de diferentes atividades para os moradores;

- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a praça se integra ao entorno imediato de maneira harmônica e respeita a escala humana;
- O projeto atende ao critério de **respeito à cultura local**, principalmente pelo fato de a população ser ouvida durante o processo de idealização do projeto, fortalecendo a apropriação do espaço e a sensação de pertencimento da comunidade;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambientes que podem ser usufruídos por diferentes faixas etárias;
- O projeto atende ao critério **Materiais e Manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais utilizados aparentam ter boa resistência e durabilidade, além de se adequarem ao uso proposto e ao contexto que está inserido, além de promoverem a possibilidade de manutenções ao longo do tempo;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade**, pois não fica claro se foi utilizada alguma estratégia para a promoção da acessibilidade no local;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população, apresentando fluxos que garantem *promenade* e permanência;
- O projeto atende ao critério de **Equipamentos urbanos/Distribuição dos espaços**, uma vez que possui áreas de convivência e áreas para crianças brincarem.

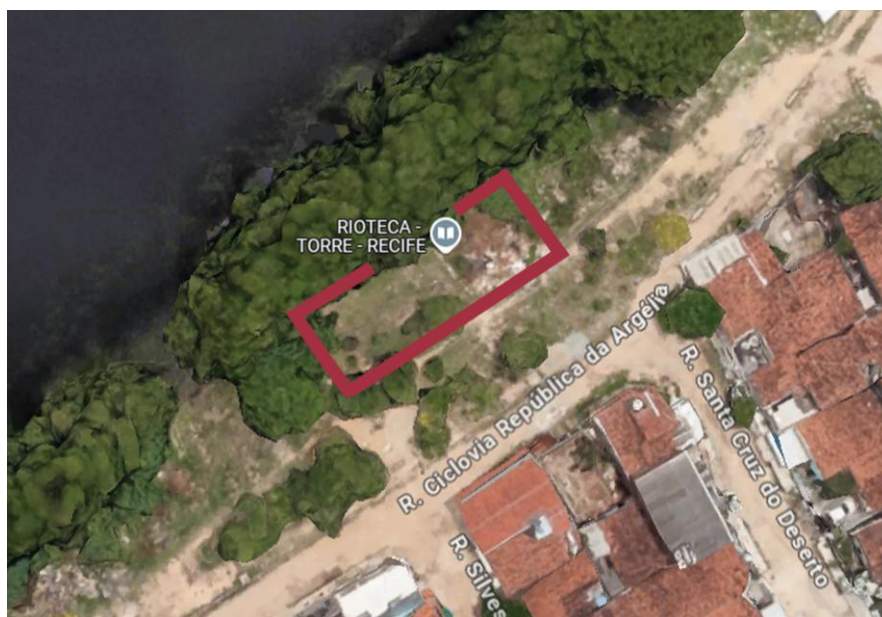
Portanto, por atender de maneira satisfatória de 8 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto da Praça da Paz pode ser classificado com nota 9, portanto considerado como ótimo.



Outro projeto realizado pelo Massapê foi a Horta Comunitária, na Vila de Santa Luzia, no bairro da Torre (Figura 30). Um projeto de intervenção efêmera que se

desenvolveu a partir da comunicação com lideranças locais, que já vinham realizando ações para atender as demandas da comunidade, como Elza, líder comunitária e assistente social do bairro, e Claudenir, marceneiro que criou uma pequena biblioteca, batizada “Rioteca”. Antes da intervenção o espaço estava ocioso e possuía o potencial de ser aproveitado, conforme é possível perceber nas imagens do “Antes” (Figuras 33, 34 e 35). Então, a ideia foi ativar o espaço público de forma sustentável para o meio ambiente, e de modo que a população pudesse não só aproveitar como área de lazer, mas que também pudesse participar da gestão e manutenção da horta depois de finalizada. O projeto foi todo idealizado através do urbanismo colaborativo, onde os moradores puderam participar desde o processo criativo do projeto através de rodas de conversa, até a execução da horta por meio de mutirões para limpeza do terreno, construção das estruturas e plantio (Figuras 31 e 32). E através de uma avaliação de impacto de transformação, realizada pelo próprio coletivo, foi possível chegar à conclusão de que houve um aumento na sensação de apropriação e cuidado do local, da quantidade de frequentadores e na valorização da saúde ambiental e social na comunidade, uma vez que houve a redução da quantidade de lixo no local. Este impacto fica ainda mais evidente no depoimento de Geovane, que tem 12 anos e utiliza o espaço: “Esse lugar é importante em várias questões, mas a principal, na minha opinião, é a do lazer e do passatempo, passo horas lendo livros, sentindo o cheiro das plantas e da terra molhada”.

Figura 42 - Localização da Horta Comunitária em Santa Luzia



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® e manipulada pela autora, em 15/02/2025.

Figura 43 - Mutirão para limpeza e fertilização da Horta Comunitária em Santa Luzia



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 44 - Mutirão para construção de cercas da Horta Comunitária em Santa Luzia



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 45 - Antes e Depois da Horta Comunitária em Santa Luzia



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 46 - Antes e Depois da Horta Comunitária em Santa Luzia



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 47 - Antes e Depois da Horta Comunitária em Santa Luzia



Fonte: Massapê, 2019.

Figura 48 - Horta Comunitária em Santa Luzia finalizada



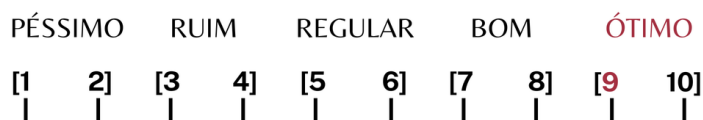
Fonte: Massapê, 2019.

Quando o projeto da Horta Comunitária na Vila de Santa Luzia é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade, foram incluídos durante o processo de planejamento e execução do espaço da horta;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que um espaço ocioso foi convertido em uma área de convívio social e que estimula hábitos saudáveis e ecológicos aos moradores;
- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a horta se integra ao entorno imediato de maneira harmônica e respeita a escala humana e o meio ambiente;
- O projeto atende ao critério de **respeito à cultura local**, principalmente pelo fato de a população ser ouvida durante o processo de idealização do projeto, fortalecendo a apropriação do espaço e a sensação de pertencimento da comunidade;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambientes que podem ser usufruídos por diferentes faixas etárias;

- O projeto atende ao critério **Materiais e Manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais utilizados aparentam ter boa resistência e durabilidade, além de se adequarem ao uso proposto e ao contexto que está inserido, além de promovem a possibilidade de manutenções ao longo do tempo;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade**, pois não fica claro se foi utilizada alguma estratégia para a promoção da acessibilidade no local;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população e cumpre seu papel como horta urbana;
- O projeto atende ao critério de **Equipamentos urbanos/Distribuição dos espaços**, ainda que não possua os equipamentos de uma área de lazer convencional, como por exemplo, como bancos, brinquedos e quadras, a horta atende as demandas que se propõe e funciona para a comunidade neste formato.

Portanto, por atender de maneira satisfatória de 8 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto da Horta Comunitária em Santa Luzia pode ser classificado com nota 9, portanto considerado como ótimo.



3.4.2.3. Abra Arquitetura

Um dos projetos escolhidos foi o da Cozinha e Banheiro de Virgilina. Os ambientes recebiam muita umidade, por terem sido construídos aproveitando um muro de arrimo como parede, dessa forma, a água se acumulava em excesso dentro da casa. Essa umidade, associada à falta de ventilação natural e de revestimentos nas paredes, culminou na formação de mofo nos cômodos (Imagens 37 e 38), o que pode causar problemas de saúde aos moradores com a exposição constante e prolongada. A insalubridade levou a moradora a procurar a assistência técnica do Abra Arquitetura. O banheiro recebeu revestimentos adequados e a aplicação de uma solução para resolver a questão da umidade excessiva (Imagem 39). Dentro dele existia um pequeno espaço que

era utilizado como lavanderia, mas que não era funcional. Desta forma, o projeto propôs uma melhor distribuição desses espaços, criando uma lavanderia independente (Imagem 40), entre o banheiro e a cozinha. Já a cozinha (Imagem 41), passou por uma alteração de layout para melhoria da funcionalidade e fluxos, além da solução do problema com mofo. Com a reforma realizada, os cômodos receberam uma melhor distribuição dos espaços e se tornaram ambientes mais funcionais e salubres.

Figura 49 - Banheiro de Virgilina antes da reforma



Fonte: Abra Arquitetura, 2023.

Figura 50 - Cozinha de Virgilina antes da reforma



Fonte: Abra Arquitetura, 2023.

Figura 51 - Banheiro de Virgilina depois da reforma



Fonte: Abra Arquitetura, 2023.

Figura 52 - Nova lavanderia de Virgilina depois da reforma



Fonte: Abra Arquitetura, 2023.

Figura 53 - Cozinha de Virgilina depois da reforma



Fonte: Abra Arquitetura, 2023.

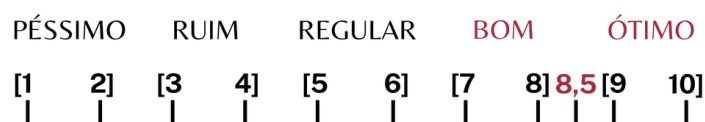
Quando o projeto da Cozinha e Banheiro de Virgilina é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **respeito às vontades dos usuários do espaço**, uma vez que os desejos e necessidades dos moradores foram levadas em consideração;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da salubridade/qualidade de vida**, uma vez que a casa se tornou muito mais salubre e higiênica, principalmente no que se refere à resolução da questão do mofo;
- O projeto atende ao critério de **espaço de pertencimento**, tendo em vista que a transformação dos ambientes, buscando atender as necessidades e vontades dos moradores, fortalece a conexão e o vínculo afetivo com o local;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade/segurança**, pois não fica claro se os moradores possuíam alguma necessidade específica que precisasse ser atendida;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende às necessidades dos moradores de forma prática e organizada com a proposta

de uma melhor distribuição de ambientes, que passaram a responder de maneira eficaz às demandas dos moradores;

- O projeto atende parcialmente ao critério de **conforto térmico e lumínico**, por ter sido atendido de forma artificial, tendo em vista que não parece ser possível promover abertura de janelas nos cômodos em que houveram intervenções;
- O projeto atende ao critério de **uso de materiais e acabamentos**, uma vez que foram aplicados materiais, como por exemplo revestimentos, adequados para o tipo de uso do ambiente;
- O projeto atende ao critério de **viabilidade econômica**, uma vez que as soluções propostas são viáveis levando em consideração os recursos financeiros limitados dos moradores;
- O projeto atende ao critério de **manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais e acabamentos utilizados facilitam a durabilidade e manutenção das soluções ao longo do tempo.

Portanto, por atender de maneira satisfatória 7 e parcialmente 1 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto da Cozinha e Banheiro de Virgilina pode ser classificado com nota 8,5, portanto sendo classificado como um projeto entre bom e ótimo.



O segundo projeto do Abra Arquitetura escolhido foi o Campo de Futebol em Rio Doce, em Olinda, localizado na Região Metropolitana do Recife (Figura 42). Fruto da parceria entre o Escritório, a organização Love.Futebol, que trabalha na mobilização de comunidades para proporcionar a construção de quadras e campos esportivos voltados principalmente para crianças e jovens, e a Ong Prazeir, que é um movimento social também voltado para crianças e adolescentes que atua na comunidade. Antes da intervenção, o espaço possuía apenas um campo de terra batida, mal iluminado e abandonado pelo poder público (Figura 43). E através do projeto, a ideia foi criar um local onde os jovens pudessem desenvolver o esporte de forma segura em um campo gramado, com cercas de proteção e iluminação adequada (Figura 44), área de permanência e um

parquinho para as crianças brincarem ao lado do campo (Figura 45). A execução do projeto contou com a participação popular, e através de mutirões que envolveram mais de 250 pessoas e um total de mais de 2000h de trabalho voluntário⁵¹ (Figuras 46 e 47) foi possível transformar um espaço carente de infraestrutura, em um ponto de encontro e entretenimento para pessoas de diferentes faixas etárias da comunidade, promovendo a inclusão social e o incentivo ao esporte (Imagem 48).

Figura 54 - Localização do Campo de Futebol em Rio Doce



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® e manipulada pela autora, em 15/02/2025.

Figura 55 - Campo de Futebol em Rio Doce antes da intervenção



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® em 16/02/2025.

⁵¹ Disponível em: <<https://www.lovefutbolbrasil.org/rio-doce>> Acesso em 15 de fevereiro, 2025.

Figura 56 - Projeto Campo de futebol em Rio Doce



Fonte: Abra Arquitetura, 2018.

Figura 57 - Projeto Campo de futebol em Rio Doce



Fonte: Abra Arquitetura, 2018.

Figura 58 - Voluntários trabalhando em mutirão para a execução do Campo de futebol em Rio Doce



Fonte: Love Fútbol, s.d.

Figura 59 - Voluntários trabalhando em mutirão para pintura do Campo de futebol em Rio Doce



Fonte: Love Fútbol, s.d.

Figura 60 - Campo de futebol em Rio Doce finalizado



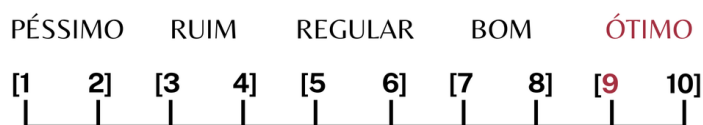
Fonte: Love Fútbol, s.d.

Quando o projeto do Campo de Futebol em Rio Doce é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade, foram incluídos durante o processo de execução do campo;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que um espaço carente de infraestrutura foi convertido em uma área de convívio social e que estimula a prática esportiva em crianças e adolescentes da comunidade;

- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a campo se integra ao entorno imediato de maneira harmônica;
- O projeto atende ao critério de **respeito à cultura local**, principalmente por tentar estimular o convívio social e valorizar o talento dos jovens da comunidade, reforçando a sensação de pertencimento;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambientes que podem ser usufruídos por diferentes faixas etárias;
- O projeto atende ao critério de **marco referencial**, tendo em vista que a apropriação do espaço
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade**, pois não fica claro se foi utilizada alguma estratégia para a promoção da acessibilidade no local;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população e cumpre seu papel como espaço esportivo;
- O projeto atende ao critério de **Equipamentos urbanos/distribuição dos espaços**, por englobar áreas para prática do esporte, área para permanência e parquinho para as crianças.

Portanto, por atender de maneira satisfatória de 8 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto do Campo de Futebol em Rio Doce pode ser classificado com nota 9, portanto considerado como ótimo.



3.4.2.4. Dona Obra

O primeiro projeto escolhido foi o do quarto e banheiro da Dona Lourdes, que mora com sua filha e a sua neta, no bairro do Passarinho, em Recife. A casa foi construída sem assessoria técnica, estava inacabada e não era adaptada para atender às suas necessidades específicas, tendo em vista que Dona Lourdes é deficiente visual. Seu quarto (Figuras 49 e 50) possuía infiltrações, desníveis no piso, falta de ventilação natural e de reboco em alguns pontos, o que atraía animais peçonhentos como escorpiões. A

residência também possuía dois banheiros, ambos inacabados e com questões estruturais problemáticas, além da falta de acessibilidade (Figuras 51 e 52), que resultaram em acidentes envolvendo a moradora. Durante a reforma, o quarto passou por uma troca de revestimentos e nivelamento do piso, recebeu reboco nas paredes e o acréscimo de cobogós, garantindo privacidade e segurança para Dona Lourdes (Figuras 53 e 54). Já os banheiros foram integrados, criando um espaço amplo e que permitisse uma melhor locomoção dos usuários. Além disso, houve a substituição dos revestimentos e das peças sanitárias, bem como a instalação de barras de apoio para promover acessibilidade e segurança (Figuras 55 e 56).

Figura 61 - Quarto de Dona Lourdes antes da reforma



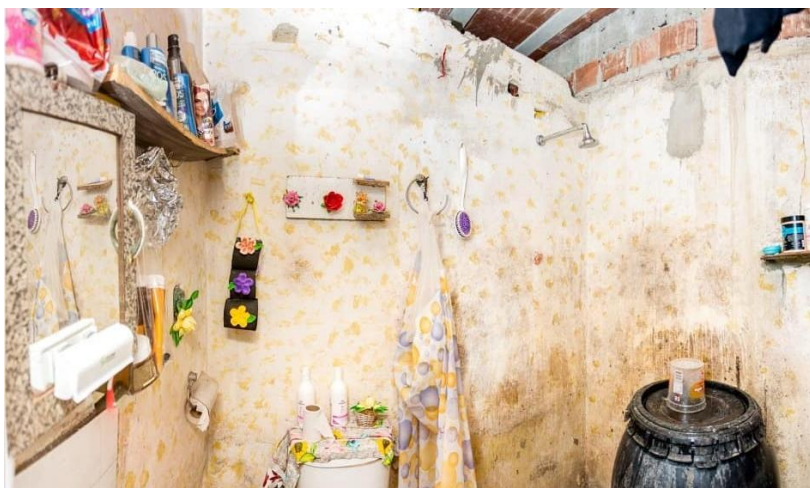
Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 62 - Quarto de Dona Lourdes antes da reforma



Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 63 - Banheiro de Dona Lourdes antes da reforma



Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 64 - Banheiro de Dona Lourdes antes da reforma



Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 65 - Quarto de Dona Lourdes depois da reforma



Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 66 - Quarto de Dona Lourdes depois da reforma



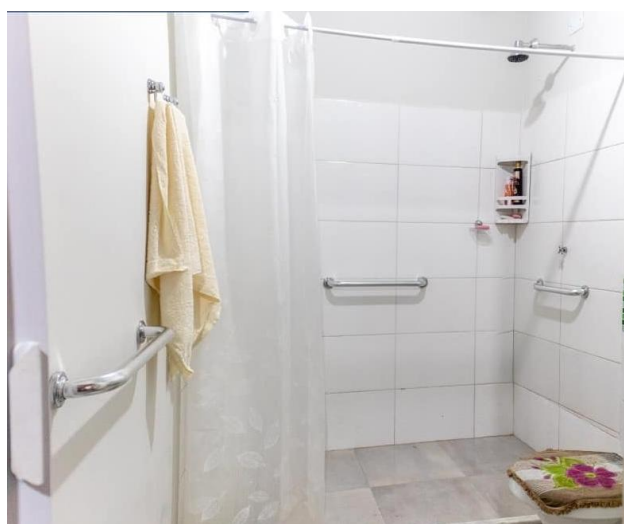
Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 67 - Banheiro de Dona Lourdes depois da reforma



Fonte: Dona Obra, 2020.

Figura 68 - Banheiro de Dona Lourdes depois da reforma

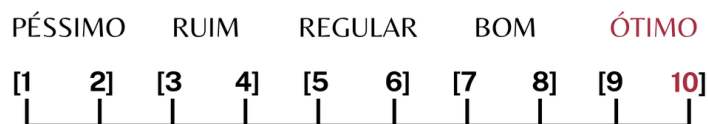


Fonte: Dona Obra, 2020.

Quando o projeto do quarto e banheiro da Dona Lourdes é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **respeito às vontades dos usuários do espaço**, uma vez que os desejos e necessidades dos moradores foram levadas em consideração;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da salubridade/qualidade de vida**, uma vez que os cômodos onde houveram intervenções se tornaram muito mais salubres;
- O projeto atende ao critério de **espaço de pertencimento**, tendo em vista que a transformação dos ambientes, buscando atender as necessidades e vontades dos moradores, fortalece a conexão e o vínculo afetivo com o local;
- O projeto atende ao critério de **acessibilidade/segurança**, tendo em vista que houve o cuidado de realizar intervenções que auxiliassem o dia a dia da moradora que possui necessidades específicas;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende de maneira prática e eficaz às necessidades dos moradores;
- O projeto atende ao critério de **conforto térmico e lumínico**, de forma artificial e aparentemente de forma natural, tendo em vista que foram adicionados cobogós nos cômodos;
- O projeto atende ao critério de uso **de materiais e acabamentos**, uma vez que foram aplicados materiais, como por exemplo revestimentos, adequados para o tipo de uso do ambiente;
- O projeto atende ao critério de **viabilidade econômica**, uma vez que as soluções propostas são viáveis levando em consideração os recursos financeiros limitados dos moradores;
- O projeto atende ao critério de **manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais e acabamentos utilizados facilitam a durabilidade e manutenção das soluções ao longo do tempo.

Portanto, por atender de maneira satisfatória todos os 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto do quarto e banheiro da Dona Lourdes pode ser classificado com nota 10, portanto considerado como ótimo.



O segundo projeto escolhido foi o banheiro da Dona Nilma, fruto da parceria entre o Dona Obra, o Instituto Phi e a Plataforma Nova Vivenda. A residência também está localizada no bairro do Passarinho, em Recife, e nela moram sete pessoas. A cliente tinha muito receio da sua família entrar no banheiro (Imagens 57 e 58), que além de não possuir iluminação adequada, era muito úmido devido à falta de revestimento, não possuía pia e nem reboco, fato que propiciava a presença de animais peçonhentos entre as aberturas dos tijolos. O projeto propôs uma melhor distribuição do layout, fazendo o cômodo parecer mais amplo e fluido. As paredes foram rebocadas e receberam a aplicação de revestimento cerâmico, que auxilia na melhoria do problema com a umidade. A questão da falta de iluminação também foi solucionada e o banheiro recebeu novas peças sanitárias, inclusive uma pia que antes não existia no ambiente (Imagens 59 e 60). E através da reforma, foi possível trazer salubridade, segurança e dignidade para os moradores.

Figura 69 - Banheiro de Dona Nilma antes da reforma



Fonte: Dona Obra, 2021.

Figura 70 - Banheiro de Dona Nilma antes da reforma



Fonte: Dona Obra, 2021.

Figura 71 - Banheiro de Dona Nilma depois da reforma



Fonte: Dona Obra, 2021.

Figura 72 - Banheiro de Dona Nilma depois da reforma



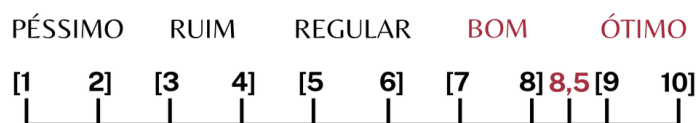
Fonte: Dona Obra, 2021.

Quando o projeto do banheiro da Dona Nilma é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **respeito às vontades dos usuários do espaço**, uma vez que os desejos e necessidades dos moradores foram levadas em consideração;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da salubridade/qualidade de vida**, uma vez que o banheiro se tornou muito mais salubre e higiênico;
- O projeto atende ao critério de **espaço de pertencimento**, tendo em vista que a transformação do ambiente, buscando atender as necessidades e vontades dos moradores, fortalece a conexão e o vínculo afetivo com o local;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade/segurança**, pois não fica claro se os moradores possuíam alguma necessidade específica que precisasse ser atendida;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende às necessidades dos moradores de forma prática e eficaz;

- O projeto atende parcialmente ao critério de **conforto térmico e lumínico**, por ter sido atendido de forma artificial, tendo em vista que não parece ser possível promover abertura de janelas no cômodo em houver intervenção;
- O projeto atende ao critério de **uso de materiais e acabamentos**, uma vez que foram aplicados materiais, como por exemplo revestimentos, adequados para o tipo de uso do ambiente;
- O projeto atende ao critério de **viabilidade econômica**, uma vez que as soluções propostas são viáveis levando em consideração os recursos financeiros limitados dos moradores;
- O projeto atende ao critério de **manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais e acabamentos utilizados facilitam a durabilidade e manutenção das soluções ao longo do tempo.

Portanto, por atender de maneira satisfatória 7 e parcialmente 1 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto do banheiro da Dona Nilma pode ser classificado com nota 8,5, portanto sendo classificado como um projeto entre bom e ótimo.



3.4.2.5. Atelier Vivo

Um dos projetos escolhidos foi o da Praça da Paz, localizada no bairro de Santo Amaro, no Recife (Figura 61). A intervenção foi realizada em um período de apenas 10 dias, no ano de 2017. E o foco foi um dos poucos espaços livres entre as comunidades Ilha de Santa Terezinha e Vila dos Casados (Figura 62), que estava ocioso e não possuía equipamentos urbanos, mas que mesmo com suas dimensões reduzidas apresentava o potencial para ser convertido em um espaço voltado para as comunidades. Durante a fase de idealização do projeto, foi desenvolvido um processo participativo por meio de um workshop de *design-build* (Figura 63) entre o Coletivo, os líderes comunitários e os moradores, resultando em uma intervenção que atendesse as necessidades da região. Desta forma, foram instalados bancos de concreto para estimular a permanência no espaço, foi criado um mural artístico através de pinturas nas paredes das casas (Figura

64) e o principal desejo dos moradores foi atendido com a criação de um playground para as crianças brincarem (Figuras 65 e 66).

Figura 73 - Localização da Praça da Paz



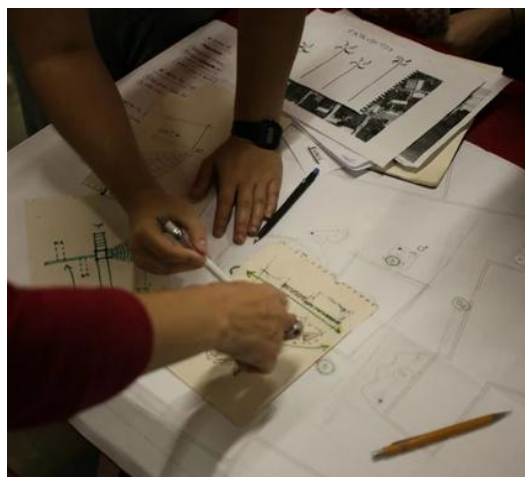
Fonte: Imagem retirada do Google Maps® e manipulada pela autora, em 16/02/2025.

Figura 74 - Praça da Paz antes da intervenção



Fonte: Atelier Vivo, 2017.

Figura 75 - Workshop de *design-build* com líderes comunitários guiando o processo de *Masterplan*



Fonte: Atelier Vivo, 2017.

Figura 76 - Voluntários trabalhando na execução de um mural na Praça da Paz



Fonte: Atelier Vivo, 2017.

Figura 77 - Praça da Paz finalizada



Fonte: Atelier Vivo, 2017.

Figura 78 - Praça da Paz finalizada

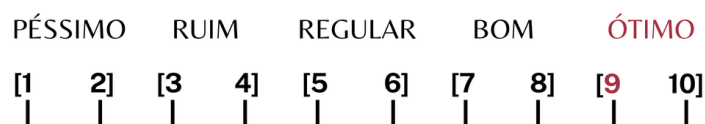


Fonte: Atelier Vivo, 2017.

Quando o projeto da Praça da Paz é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade, foram incluídos desde o processo de idealização até a execução da praça;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que um espaço carente de infraestrutura foi convertido em uma área de convívio social;
- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a praça se integra ao entorno imediato de maneira harmônica;
- O projeto atende ao critério de **respeito à cultura local**, principalmente pelo fato de a população ser ouvida durante o processo de idealização do projeto, fortalecendo a apropriação do espaço e a sensação de pertencimento da comunidade;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambientes que podem ser usufruídos por diferentes faixas etárias;
- O projeto atende ao critério **Materiais e Manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais utilizados aparentam ter boa resistência e durabilidade, além de se adequarem ao uso proposto e ao contexto que está inserido, além de promoverem a possibilidade de manutenções ao longo do tempo;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade**, pois não fica claro se foi utilizada alguma estratégia para a promoção da acessibilidade no local;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população de forma eficiente;
- O projeto atende ao critério de **Equipamentos urbanos/distribuição dos espaços**, por área para permanência e parquinho para as crianças.

Portanto, por atender de maneira satisfatória de 8 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto da Praça da Paz pode ser classificado com nota 9, portanto considerado como ótimo.



Outro projeto realizado pelo Atelier Vivo foi a ação que ocorreu na Ocupação Leonardo Cisneiros (Movimento de Resistência e Luta pelo Teto de Pernambuco), no Edifício Segadas Vianna, localizado no bairro de Santo Antônio, no Recife (Figura 67), e que na época da intervenção abrigava cerca de 64 famílias. A ação foi oriunda da parceria entre o Coletivo, a Universidade Católica de Pernambuco e a Universidade de Antuérpia. No período em que a ação de *design-building* aconteceu, entre os dias 24, 25 e 26 de março de 2023, o objetivo foi trazer vida ao local onde aconteciam reuniões do movimento e trocas entre os moradores, e carecia de infraestrutura para o preparo e distribuição de alimentos. Portanto, através da intervenção foi criado um salão de reuniões (Figura 68), por meio da construção de uma cozinha coletiva com estrutura móvel e módulos independentes, além de mobiliário de permanência para garantir conforto às pessoas (Figuras 69, 70 e 71).

Figura 79 - Localização da Ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® e manipulada pela autora, em 16/02/2025.

Figura 80 - Voluntário trabalhando na ação realizada na Ocupação Leonardo Cisneiros



Fonte: Atelier Vivo, 2023.

Figura 81 - Cozinha coletiva com estrutura móvel e módulos independentes construída na ação



Fonte: Atelier Vivo, 2023.

Figura 82 - Mobiliário de permanência construído na ação



Fonte: Atelier Vivo, 2023.

Figura 83 - Mobiliário de permanência construído na ação



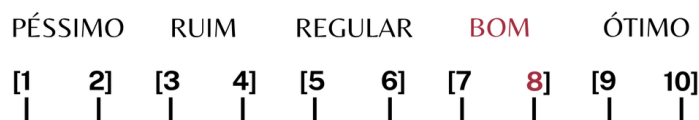
Fonte: Atelier Vivo, 2023.

Quando o projeto da Ocupação Leonardo Cisneiros é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **respeito às vontades dos usuários do espaço**, uma vez que os desejos e necessidades dos moradores foram levadas em consideração;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da salubridade/qualidade de vida**, uma vez houve melhora nas condições do espaço através da ação;

- O projeto atende ao critério de **espaço de pertencimento**, tendo em vista que a transformação do ambiente, buscando atender as necessidades e vontades dos moradores, fortalece a conexão e o vínculo afetivo com o local;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade/segurança**, pois não fica claro se os moradores possuíam alguma necessidade específica que precisasse ser atendida;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende às necessidades dos moradores de forma prática e eficaz;
- O projeto não atende ao critério de **conforto térmico e lumínico**, pois não fica claro se foi feita alguma intervenção neste sentido durante a ação;
- O projeto atende ao critério de **uso de materiais e acabamentos**, uma vez que foram aplicados materiais que apresentam a robustez necessária para se adequarem para o tipo de uso do ambiente;
- O projeto atende ao critério de **viabilidade econômica**, uma vez que as soluções propostas são viáveis levando em consideração os recursos financeiros limitados;
- O projeto atende ao critério de **manutenção a longo prazo**, tendo em vista que os materiais e acabamentos utilizados facilitam a durabilidade e manutenção das soluções ao longo do tempo.

Portanto, por atender de maneira satisfatória 7 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto da Ocupação Leonardo Cisneiros pode ser classificado com nota 8, portanto considerado como bom.



3.4.2.6. CAUS

Diferentemente dos escritórios e coletivos citados anteriormente, a CAUS trabalha com um modelo de assistência técnica mais focada no apoio a comunidades, na luta pelas regularizações fundiárias e melhorias infra estruturais, por exemplo. Por isso, o primeiro projeto escolhido foi o de Diretrizes Populares para o complexo de lazer do

Mangueirão⁵², localizado em Paulista, entre os bairros de Paratibe e Arthur Lundgren I (Figura 72). Desde a década de 1980 existiam promessas não cumpridas por parte do governo para a realização de melhorias no espaço que carecia de manutenção e equipamentos urbanos para atender a população. Além disso, a gestão municipal optou pela demolição da quadra de esportes do complexo (Figura 73), sem antes ao menos ouvir a opinião da população sobre tal remoção, o que levou a insatisfação dos moradores e a criação do movimento “Salvem a Quadra do Mangueirão” em 2018.

Mesmo com o abandono do poder público (Figuras 74 e 75), a área não deixou de ser utilizada pela população através de manifestações culturais. O principal anseio dos moradores era que a área fosse requalificada através de um processo participativo popular. Neste contexto, os próprios moradores optaram por elaborar as diretrizes, juntamente com a CAUS, o Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH) e o Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC). E através do exercício de escutar os desejos e necessidades da população, foi possível chegar a uma solução que incluísse o plantio de árvores nativas (Figura 76), visando melhorar o conforto térmico. Além de parquinho (Figura 77), quadra poliesportiva (Figura 78), academia popular (Figura 79), áreas de estar (Figura 80), concha acústica (Figura 84), escola de artes, pista de cooper e mini ramp. Todo o projeto foi pensado de forma a atender às normas de acessibilidade e dimensionamento dos espaços. O parquinho foi projetado para fornecer segurança às crianças, assim, a proposta foi instalar bancos próximos aos brinquedos, para que os responsáveis pudessem supervisionar as crianças, além da criação de uma cerca viva que funcionasse como barreira entre o parquinho e a avenida.

Figura 84 - Localização do Complexo do Mangueirão



Fonte: CAUS, 2018.

⁵² Disponível em

<<https://cooperativaarquitecturaurbanismosociedade.wordpress.com/2018/08/23/diretrizes-populares-para-o-complexo-de-lazer-do-mangueirao/>> Acesso em: 04 dez, 2024.

Figura 85 - Demolição da quadra do Manguirão



Fonte: CAUS, 2018.

Figura 86 - Complexo do Manguirão no ano de 2019



Fonte: Imagem retirada do Google Maps®, em 29/01/2025.

Figura 87 - Complexo do Manguirão no ano de 2019



Fonte: Imagem retirada do Google Maps®, em 29/01/2025.

Figura 88 - Simulação de arborização do Complexo de Lazer do Mangueirão



Fonte: CAUS, 2018.

Figura 89 - Simulação do parquinho na área do Complexo de Lazer do Mangueirão



Fonte: CAUS, 2018.

Figura 90 - Simulação de quadra poliesportiva na área do Complexo de Lazer do Mangueirão



Fonte: CAUS, 2018.

Figura 91 - Simulação de área para prática de exercícios físicos no Complexo de Lazer do Mangueirão



Fonte: CAUS, 2018.

Figura 92 - Simulação de área de estar na área do Complexo de Lazer do Mangueirão



Fonte: CAUS, 2018.

Figura 93 - Simulação de pátio de eventos na área do Complexo de Lazer do Mangueirão

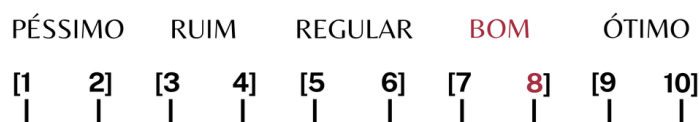


Fonte: CAUS, 2018.

Quando o projeto para o Complexo de Lazer do Mangueirão é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade foram incluídos durante o processo de desenvolvimentos das diretrizes projetuais;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que através do projeto um espaço carente de infraestrutura pode ser convertido em uma área de convívio social, práticas esportivas e lazer;
- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a praça se integra ao entorno imediato de maneira harmônica;
- O projeto atende ao critério de **respeito à cultura local**, principalmente pelo fato de a população ser ouvida durante o processo de idealização do projeto;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambientes que podem ser usufruídos por diferentes faixas etárias e de diferentes formas;
- Levando em consideração que o projeto ainda não foi executado, foi considerado que ele não atendeu ao critério de **Materiais e Manutenção a longo prazo**, tendo em vista que ainda não é possível identificar os materiais que serão utilizados na execução;
- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade**, pois não fica claro se foi utilizada alguma estratégia para a promoção da acessibilidade no local;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população de forma eficiente;
- O projeto atende ao critério de **Equipamentos urbanos/distribuição dos espaços**, por possuir áreas voltadas para diferentes atividades e públicos.

Portanto, por atender de maneira satisfatória 7 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto para o Complexo de Lazer do Mangueirão pode ser classificado com nota 8, portanto considerado como bom.



O segundo projeto escolhido da CAUS, foi uma proposta de intervenção viária na Comunidades das Flores (Figuras 82 e 83), no bairro de Afogados, que se desenvolveu em um espaço precário às margens do canal do ABC e do Rio Capibaribe (Figuras 84 e 85). A ideia foi criar uma proposta alternativa, apresentada em 2023, tendo em vista que a intervenção viária original apresentada pela prefeitura ameaçava as famílias residentes na comunidade a serem removidas, sem qualquer garantia de realocação. O projeto da CAUS partiu da ideia de que as famílias devem ser mantidas, mas que ainda assim deveria haver intervenções nas margens do canal do ABC (Imagem 86). Desta forma, o projeto apresentado pela Prefeitura do Recife passou pelas seguintes alterações: [1] Suspensão do prolongamento da Rua Rio Araguaia, bem como da criação de uma conexão entre ela e a Rua Crisópolis, o que elimina a necessidade de demolir as residências; [2] A proposta de abertura da via marginal ao canal foi mantida, a fim de possibilitar acesso para a realização de manutenções e limpeza, e a sugestão foi criar uma via compartilhada, que desse prioridade para a mobilidade ativa, através do estabelecimento de limite de velocidade para veículos; [3] Proposta da criação de um *cul-de-sac* no fim da via, visando a realização de manobras de trânsito, além da criação de uma área de lazer; [4] Como solução para a necessidade de se criar mais unidades habitacionais na comunidade, foram apresentadas quatro áreas com potencial para que as casas pudessem ser construídas. É importante também destacar que a luta da CAUS com a comunidade das Flores não acaba com a intervenção realizada, tendo em vista que ainda existe a necessidade da regularização da urbanização da localidade.

Figura 94 - Localização da Comunidade das Flores



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® em 16/02/2025 e modificada pela autora em 05/03/2025.

Figura 95 - Vista aérea da Comunidade das Flores em 2024



Fonte: CAUS (2024), adaptado pela autora em 05/03/2025.

Figura 96 - Situação atual da Comunidade das Flores



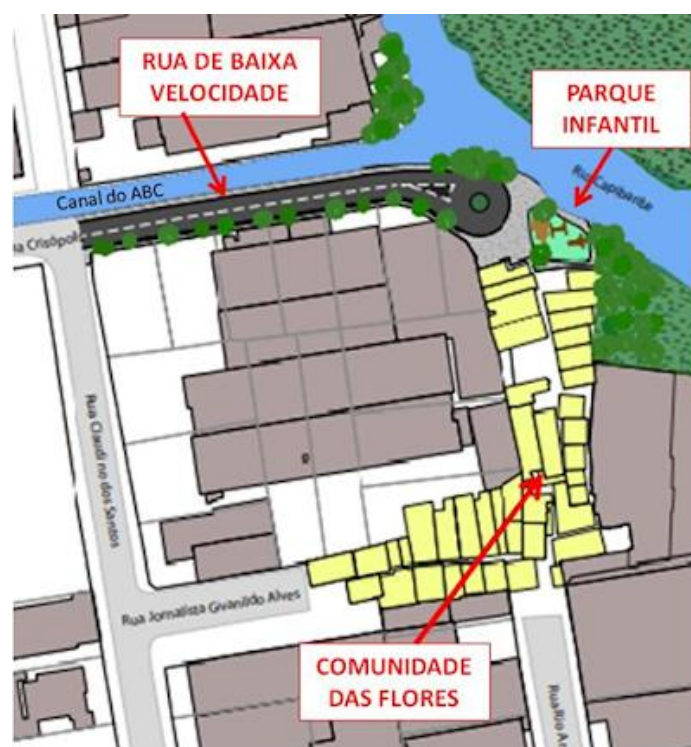
Fonte: CAUS, 2024

Figura 97 - Situação atual da Comunidade das Flores



Fonte: Imagem retirada do Google Maps® em 16/02/2025.

Figura 98 - Proposta apresentada pela comunidade com obras em execução pela Urb-Recife



Fonte: CAUS, 2024.

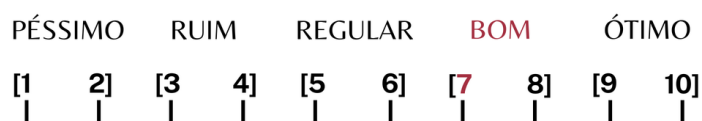
Quando o projeto de diretrizes para a Comunidade das Flores é analisado a partir dos critérios definidos, é possível perceber que:

- O projeto atende ao critério do **processo participativo**, uma vez que moradores da comunidade foram incluídos durante o processo de desenvolvimentos das diretrizes projetuais;
- O projeto atende ao critério de **melhoria da qualidade de vida**, uma vez que através do projeto um espaço carente de infraestrutura pode ser convertido em uma área mais salubre;
- O projeto atende ao critério de **adequação ao contexto urbano**, uma vez que a intervenção se integra ao entorno imediato de maneira harmônica;
- Não fica claro como o **respeito à cultura local** é levado em consideração nas diretrizes apresentadas, por isso foi considerado que o projeto não atende a este critério;
- O projeto atende ao critério de **promoção de convivência e integração social**, uma vez que possui ambiente para interação infantil;
- Levando em consideração que o projeto ainda não foi executado, foi considerado que ele não atendeu ao critério de **materiais e manutenção a**

longo prazo, tendo em vista que ainda não é possível identificar os materiais que serão utilizados na execução;

- O projeto não atende ao critério de **acessibilidade**, pois não fica claro se foi utilizada alguma estratégia para a promoção da acessibilidade no local;
- O projeto atende ao critério de **funcionalidade**, uma vez que atende as demandas da população de forma eficiente;
- O projeto atende ao critério de **equipamentos urbanos/distribuição dos espaços**, por possuir atividades voltadas ao público infantil.

Portanto, por atender de maneira satisfatória de 6 dos 9 critérios estabelecidos nesta pesquisa, o projeto de diretrizes para a Comunidade das Flores pode ser classificado com nota 7, portanto considerado como bom.



Com a finalização da análise dos 12 projetos escolhidos nesta pesquisa, o próximo passo foi estruturar uma tabela comparativa entre eles (Tabela 2), levando em consideração a nota atribuída e a classificação de acordo com os 9 critérios de análise definidos anteriormente. Desta forma, foi possível perceber que as notas dos projetos variaram entre 7 e 10, portanto, todos eles foram classificados como bons ou ótimos, fato que só reforça a importância do trabalho realizado pelos escritórios e coletivos entrevistados, e o quanto existiu um impacto positivo para as pessoas beneficiadas com tais projetos. Também é necessário destacar que a atribuição de notas aos projetos não tem, de forma alguma, o objetivo de menosprezar o trabalho social realizado por nenhum desses negócios de impacto, mas sim, de fazer uma análise técnica e criteriosa acerca deste impacto.

Tabela 2 - Relação comparativa de nota/classificação dos projetos realizados pelos escritórios e coletivos

Escritório/Coletivo	Projeto	Nota	Classificação
Arquitetura Faz Bem	Praça em Entra Apulso	10	Ótimo
	A Casa de Dalva	9	Ótimo
Massapê	Praça da Paz em Jardim Brasil	9	Ótimo
	Horta Comunitária em Santa Luzia	9	Ótimo
Abra Arquitetura	Cozinha e Banheiro de Virgilina	8,5	Bom/Ótimo
	Campo de futebol em Rio Doce	9	Ótimo
Dona Obra	Quarto e banheiro da Dona Lourdes	10	Ótimo
	Banheiro da Dona Nilma	8,5	Bom/Ótimo
Atelier Vivo	Praça da Paz em Santo Amaro	9	Ótimo
	Ação na ocupação Leonardo Cisneiros	8	Bom
CAUS	Complexo de lazer do Mangueirão	8	Bom
	Intervenção comunidade das Flores	7	Bom

Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Outra questão importante que foi observada e chamou atenção durante tais análises, foi a falta de acessibilidade (ou pelo menos a falta de clareza se a acessibilidade foi levada em consideração no projeto) em grande parte dos projetos de escala urbana, que precisam atender públicos com diferentes idades e necessidades de locomoção por exemplo. Necessário destacar ainda, que apesar do critério de acessibilidade ter sido levado em consideração nos projetos de escala arquitetônica, esta análise não pôde ser realizada de forma muito criteriosa, uma vez que se entende que as limitações espaciais das residências estudadas nem sempre permitem a aplicação de estratégias projetuais acessíveis. Portanto, ainda que a questão da acessibilidade não tenha sido aprofundada nesta pesquisa, pois não era o seu foco, esta é, porém, uma questão importante e que deve se haver uma reflexão acerca dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surge de uma inquietação e da necessidade de entender qual o papel dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo na busca por dignidade e conforto para a população de baixa renda, na Região Metropolitana do Recife. Ao longo desta monografia, as problemáticas e objetivos foram destrinchados de forma a criar uma melhor compreensão do tema. No Capítulo 1, por exemplo, intitulado “TODA CIDADE PARA TODOS: RETROSPECTIVA DA LUTA POR DIREITO À MORADIA” foi feito um apanhado histórico de temas como o processo de favelização no Brasil, a Reforma urbana e os Movimentos por direito à cidade que reverberam na situação atual da desigualdade social no país. Neste capítulo foi possível perceber que a população das comunidades carentes, que já é excluída socialmente e espacialmente, ainda é constantemente negada do direito à cidade e a acessarem seus direitos básicos como cidadãos. Tal constatação só reforça a necessidade de escritórios e movimentos sociais que, através de intervenções arquitetônicas e urbanísticas, busquem trazer dignidade e conforto para a população de baixa renda, por isso, se faz imprescindível a atuação destas instituições, contribuindo para benfeitorias tanto no âmbito da edificação como na escala urbana. Neste capítulo, portanto, é atendido o objetivo específico “entender a necessidade do direito à cidade para as pessoas”.

Já no capítulo 2, intitulado “ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL: CONQUISTAS E A INQUIETAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO”, é possível perceber a importância que Programas e Projetos de habitação de interesse social possuem no esforço de diminuir o déficit habitacional no Brasil, mas que eles ainda não o suficiente para tanto. E por isso é tão importante que existam iniciativas e negócios de impacto social, que atuem de forma complementar e até parceira de tais programas e projetos. Além disso, existem ainda legislações que representaram um avanço importante no tocante ao direito à moradia digna. Porém, o cenário brasileiro necessita que tais legislações estejam em constante aprimoramento, e que novas leis sejam criadas. A mobilização pública e a atuação de escritórios e coletivos de impacto social também são essenciais na busca por uma nova perspectiva para a habitação popular no país. Ainda no capítulo 2 foi feita uma análise do que é um negócio de impacto social e uma discussão a respeito da função social do profissional de arquitetura e urbanismo, que foram fundamentais para o desenvolvimento do capítulo seguinte.

Já no último capítulo desta monografia, intitulado “ARQUITETURA DE INCLUSÃO SOCIAL E OS ESCRITÓRIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE: UM ESTUDO DE CASO”, foi realizada uma breve análise sobre o contexto históricos e o cenário atual do nicho na Região Metropolitana do Recife, onde foi possível perceber uma mudança de pensamento em alguns profissionais da área e o crescimento do interesse por Arquitetura e Urbanismo social, muitas vezes advinda da própria universidade, trazendo esperança de que, no futuro, essa quantidade de negócios de impacto irá aumentar na Região Metropolitana do Recife, para atender à parcela da população que mais precisa de assistência técnica. Também foram expostos quais os procedimentos metodológicos adotados na busca pelos resultados desta pesquisa. Foram ainda abordadas as entrevistas realizadas com os escritórios Arquitetura Faz Bem, Abra Arquitetura e Dona Obra, e os coletivos Massapê, Atelier Vivo e CAUS. Bem como análise dos dados coletados nas entrevistas e dos projetos selecionados. Com a escrita deste capítulo, portanto, foram atendidos os objetivos específicos “analisar o nicho da arquitetura de interesse social na RMR”, “compreender a atuação de escritórios e coletivos de impacto social em arquitetura e urbanismo junto à realidade da RMR”, “elaborar mapeamento do quantitativo de projetos sociais realizados pelos escritórios e coletivos” e “elaborar uma análise de alguns projetos de interesse social realizados pelos escritórios e coletivos entrevistados”.

E através destas entrevistas, foi possível chegarmos aos resultados esperados com este TCC. A relevância deste trabalho se justifica por exemplo na produção de um apanhado do quantitativo de projetos realizados por tais instituições desde o seu surgimento (Tabela 1, Gráfico 1, Gráfico 2 e Gráfico 3 apresentados no capítulo anterior), ainda que tenha existido uma certa dificuldade no que diz respeito a acessar os dados atualizados. Além disso, foi elaborada uma análise qualitativa, feita com um total de 12 projetos realizados por tais escritórios e coletivos, avaliados a partir de uma escala de análise que definiu se os projetos seriam considerados péssimos, ruins, bons, regulares ou ótimos, os quais compreendem uma espécie de catálogo de projetos de inclusão social, em diferentes escalas, que foram realizados na Região Metropolitana do Recife, conforme pode ser conferido na Tabela 2.

Com isso, conclui-se que o trabalho contribui, não só na questão de catalogar dados, numa tentativa de tornar o impacto social, causado pelos escritórios e coletivos, mais concreto. Mas acima de tudo, na busca por fortalecer o diálogo acerca de um tema de tamanha importância como o contexto de desigualdade social no Brasil, e

principalmente na Região Metropolitana do Recife. E de estimular os profissionais de Arquitetura e Urbanismo a refletirem se o papel social da profissão está de fato sendo cumprido na busca por impulsionar a dignidade e o conforto para a população de baixa renda.

Como desdobramentos desta pesquisa, que podem vir a ampliar esta análise no futuro, se destacam: A análise do acervo futuro de projetos dos escritórios e coletivos abordados nesta pesquisa, que estão sendo produzidos neste momento; a análise aprofundada de um escritório ou coletivo específico; a busca por depoimentos das pessoas beneficiadas pelos projetos analisados nesta pesquisa e o aprofundamento da questão sobre a falta de acessibilidade em projetos de escala urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CASA de Dalva. **Site oficial Arquitetura Faz Bem**, 2020. Disponível em: <https://arquiteturafazbem.wordpress.com/2020/05/12/a-casa-de-dalva/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.

- AMORIM, Mariana Pessoa de Oliveira; NOGUEIRA, Giuliana Feitosa Fernandes Lobo; ROCHA, Danielle de Melo. **Por que o Recife não investe em assessoria técnica para melhorar casas de famílias pobres?**. Brasil de Fato, Recife, 11 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/11/por-que-o-recife-nao-investe-em-assessoria-tecnica-para-melhorar-casas-de-familias-pobres>. Acesso em: 30 de dezembro de 2024.

- ARTEMÍSIA. Artemísia, 2024. Quem somos nós. Disponível em: <https://artemisia.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

- ARTICULAÇÃO Recife de Luta. **Dicionário de Favelas Marielle Franco**, 2023. Disponível em: https://wiki.favelas.com.br/index.php/Articula%C3%A7%C3%A3o_Recife_de_Luta. Acesso em: 07 de outubro de 2024.

- ATELIER VIVO. Atelier Vivo, 2020. **Galeria de projetos**. Disponível em: <https://www.ateliervivo.com/projetos-galeria>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.

- AZEVEDO, Alúcio. O Cortiço. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. 320 p

- BNDES. BNDES - O banco nacional do desenvolvimento, 2024. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/pt-br/20Nacional%20de,financiamento%20de%20longo%20prazo%20e> Acesso em: 23 de novembro de 2024.

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 de outubro de 2024.
- BRASIL, **Decreto-Lei Nº 2.291**, de 21 de novembro de 1986. Extingue o Banco Nacional de Habitação - BNH, e dá outras Providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1986.
- BRASIL, **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL, **Lei nº 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. **Emenda à Constituição nº 26, de 2000**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm. Acesso em: 24 de novembro de 2024.
- BORSOI, Acácio Gil. **Entrevista: Arquiteto Acácio Gil Borsoi**. [Entrevista concedida a Éride Moura. Revista Projeto, s.l., julho, 2001.
- CAMPOS, Martha Machado. et al. **Outra arquitetura social: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo**. Espírito Santo: Edufes, 2022, 377 p, v. 1.
- CARTA de princípios para negócios de impacto no Brasil. **Aliança Pelo Impacto**, 2015. Disponível em: <https://aliancapeloimpacto.org.br/publicacao/carta-de->

- principios-para-negocios-de-impacto-no-brasil/. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.
- CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR. **II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. 2021.
 - CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, 2017. **ARQUITETURA SOCIAL: TODOS TÊM DIREITO À HABITAÇÃO**. Disponível em: <https://caubr.gov.br/arquitetura-social-todos-tem-direito-habitacao/>. Acesso em: 23 de abril de 2024.
 - CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, 2019. **Mônica Raposo Andrade: referência mundial em habitação coletiva**. Disponível em: <https://caubr.gov.br/monica-raposo-andrade-referencia-mundial-em-habitacao-coletiva/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2024.
 - CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, 2021. **Acesse os resultados do II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. Disponível em: <https://caubr.gov.br/acesse-os-resultados-do-ii-censo-das-arquitetas-e-arquitetos-e-urbanistas-do-brasil/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2024.
 - CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, 2021. **Levantamento revela que mais de (ou apenas...) 20 cidades brasileiras têm leis ATIS**. Disponível em: <https://caubr.gov.br/levantamento-revela-que-mais-de-ou-apenas-20-cidades-brasileiras-tem-leis-athis/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2024.
 - CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, 2022. **82% das moradias brasileiras são construídas sem arquitetos ou engenheiros**. Disponível em: <https://caubr.gov.br/82-das-moradias-brasileiras-sao-construidas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/#:~:text=Dentre%2050%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,e>

xecu%C3%A7%C3%A3o%20junto%20aos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20competentes. Acesso em: 23 de abril de 2024.

- CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Relatório da Gestão 2015-2017: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. Brasília: CAU/BR, 2017. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-da-gestao-2015-2016-2017-cau-br.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.
- CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, s.d. **Arquitetura para todos**. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/cba/athis-pe/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2024.
- CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. CAU/BR, s.d. **O CAU/BR e a assistência técnica em habitação de interesse social**. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/cba/o-cau-br-e-a-assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2024.
- CAUS - Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade. CAUS, 2018. **Diretrizes Populares para o Complexo de Lazer do Mangueirão**. Disponível em: <https://cooperativaarquiteturaurbanismosociedade.wordpress.com/2018/08/23/diretrizes-populares-para-o-complexo-de-lazer-do-mangueirao/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.
- CAUS - Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade. CAUS, 2018. **Nota de apoio ao movimento “Salve a Quadra do Mangueirão”**. Disponível em: <https://cooperativaarquiteturaurbanismosociedade.wordpress.com/2018/07/16/nota-de-apoio-ao-movimento-salve-a-quadra-do-mangueirao/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.
- CNN. CNN Brasil, 2022. **Chega a 128 o número de mortos pelas chuvas em Pernambuco**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cheega-a->

- [128-o-numero-de-mortos-pelas-chuvas-em-pernambuco/](#). Acesso em: 06 de outubro de 2024.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Diário de Pernambuco, 2019. **Comunidade Lemos Torres receberá serviços gratuitos de arquitetura**. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/01/comunidade-lemos-torres-recebera-servicos-gratuitos-de-arquitetura.html>. Acesso em: 30 de abril de 2024.
 - DIAS, Flavia Coelho. **Habitação social – Uma análise histórica das políticas públicas habitacionais: o caso de Vitória**. 2008. 102. Tese (Pós Graduação em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
 - DINIZ, Fabiano Rocha; ROCHA, Danielle de Melo; SOUZA, Maria Angela de A. **Reforma urbana e direito à cidade: Recife**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 268 p.
 - FNRU. Fórum Nacional de Reforma Urbana, 2024. **Quem somos**. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 set, 2024.
 - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. FJP, 2024. **Déficit habitacional no Brasil**. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 23 de novembro de 2024.
 - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2024. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 08 de março de 2024.
 - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2024. **Favela e Comunidade Urbana**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf. Acesso em: 08 de março de 2024.

- KEHL, Luis. **Breve história das favelas** (Saber de tudo). 1. Ed. São Paulo: Claridade, 2010. 112 p.
- LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. 5. Ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.
- LIMA, Talita Maria Pereira de; ROCHA, Danielle de Melo. Movimento Ocupe Estelita: quais lições para a cidade do Recife?. **Marco Zero Conteúdo**, 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/movimento-ocupe-estelita-quais-licoes-para-a-cidade-do-recife/>. Acesso em: 07 de outubro de 2024.
- LISBOA, Jesse. **Pernambuco tem 800 mil pessoas vivendo em áreas de risco**. A Verdade, 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/07/pernambuco-tem-800-mil-pessoas-vivendo-em-areas-de-risco/>. Acesso em 06 de outubro de 2024.
- LOVE FÚTBOL. Love Fútbol Brasil s.d. **Rio Doce**. Disponível em: <https://www.lovefutbolbrasil.org/rio-doce>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.
- MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 7. Ed. São Paulo: Atual, 1997. 79 p.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2015. 112 p.
- MEU Bairro Brincante – Jardim Brasil II (Olinda/PE). **Arbo**, 2021. Disponível em: <https://portal.arbo.org.br/projetos/meu-bairro-brincante-jardim-brasil-ii-olinda-pe-5595/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.
- MLB. Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas: MLB, 2024. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

- MÔNICA Raposo. **Site oficial Andrade+Raposo Arquitetos**, s.d. Disponível em: <http://ar.arq.br/monicaraposo/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2024.
- MTST. MTST Brasil, 2024. **Quem somos**. Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/o-mtst>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Observatório das Metrópoles, 2022. **Desigualdade nas metrópoles: pobreza e extrema pobreza alcançam os maiores valores da série histórica**. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desigualdade-nas-metrolopes-pobreza-e-extrema-pobreza-alcancam-os-maiores-valores-da-serie-historica/>. Acesso em: 08 de março de 2024.
- OLIVEIRA, Fabiana Aguiar de. **Entre rebeldia e conformismo : a luta do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) pelo acesso à moradia no Rio Grande do Sul**. 2011. 46. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- ONU-HABITAT. ONU-Habitat por um futuro urbano melhor, 2023. **Relatório Anual Brasil 2022**. Disponível em: <https://relatorio-anual-2022.netlify.app/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20que%20vive%20em,para%20o%20aumento%20das%20desigualdades>. Acesso em: 08 de março de 2024.
- ONU. Nações Unidas Brasil, 2020 **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.
- PODCAST MEIO-FIO: **O que é? Reforma Urbana**. Entrevistada: Ermínia Maricato. Entrevistadores: Hector Sousa, Laysa Alves. [S. l.]: Capacidades, 14 ago. 2024. Podcast. Disponível em: <https://www.capacidades.gov.br/capaciteca/o-que-e-reforma-urbana/>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

- PORTO SOCIAL. Porto Social, s.d. **Quem somos**. Disponível em: <https://portosocial.org/sobre>. Acesso em: 29 de dezembro de 2024.
- PREFEITURA DO RECIFE. Prefeitura do Recife, 2023. **Comunidade Entra a Pulso ganhará nova praça**. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/04/09/2023/comunidade-entra-pulso-ganhara-nova-praca>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.
- PROGRAMA Pró Moradia - Ministério das Cidades. **GOV.BR**, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/pro-moradia-2013-programa-de-atendimento-habitacional-atraves-do-poder-publico-selecao-2020#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20das%20Cidades%20aperfei%C3%A7oo,\(tr%C3%AAs\)%20sal%C3%A1rios%2Dm%C3%ADnimos..](https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/pro-moradia-2013-programa-de-atendimento-habitacional-atraves-do-poder-publico-selecao-2020#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20das%20Cidades%20aperfei%C3%A7oo,(tr%C3%AAs)%20sal%C3%A1rios%2Dm%C3%ADnimos..). Acesso em 29 de novembro de 2024.
- PROGRAMA Pró Moradia - Programas da União. **CAIXA**, 2024. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/pro-moradia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 29 de novembro de 2024.
- PROGRAMA Minha Casa, Minha Vida. **GOV.BR**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.
- RECIFE: CAIS inicia aceleração de 75 iniciativas de impacto social. Prefeitura do Recife, Recife, 22 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/22/11/2023/recife-cais-inicia-aceleracao-de-75-iniciativas-de-impacto-social>. Acesso em: 29 de dezembro de 2024.
- RECIFE. **Lei Nº 14.511/1983**, de 17 de janeiro de 1983. Define diretrizes para o uso e ocupação do solo, e dá outras providências. Recife, PE: Diário Oficial da União, 1983.

- RECIFE. **Lei Nº 14.947/1987**, de 30 de março de 1987. Cria o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS. Recife, PE: Diário Oficial da União, 1987.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Reforma urbana e direito à cidade: Questões, Desafios e caminhos**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 491 p.
- SEBRAE. Portal SEBRAE, 2023. **O que são negócios de impacto social e como eles funcionam**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto%20social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.
- SISTEMA Nacional de Habitação de Interesse Social. **GOV.BR**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.
- VASCONCELOS, Ana Carolina. **Prédio no centro de Belo Horizonte será reformado e formalizado como moradia popular**. Brasil de Fato, Minas Gerais, 10 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/10/predio-no-centro-de-belo-horizonte-sera-reformado-e-formalizado-como-moradia-popular>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.
- YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS. **Yunus Social Business**, 2021. **Nossa história**. Disponível em: <https://www.br.yunussb.com/corporate-innovation/about>. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

APÊNDICE A

- **Roteiro de entrevistas – Escritórios**

| Bloco 01: Dados pessoais

1. Nome?
2. Qual a sua função/cargo no escritório?

| Bloco 02: Sobre o escritório

1. Qual o nome fantasia do escritório? E a razão social (nome jurídico)?
2. Quando surgiu o escritório?
3. Como foi a ideia de montar o escritório?
4. Quais tipos de projeto o escritório realiza atualmente?
5. Os projetos realizados têm foco em sustentabilidade ambiental?
6. Quais as estratégias de captação/ fidelização de clientes?

| Bloco 03: Sobre a sustentabilidade do escritório neste nicho de atividade

1. Quais as maiores dificuldades que você enfrentou quando decidiu entrar nesse nicho?
2. Muito se fala sobre a dificuldade da população de baixa renda ter acesso a serviços de arquitetura e urbanismo. Mas existe também a dificuldade de o profissional acessar a população. Você enfrentou/enfrenta muita dificuldade em conseguir chegar nessas pessoas para oferecer os serviços do seu escritório?
3. Qual a sua maior realização com o trabalho social feito no seu Escritório?
4. Você acredita que esse nicho de arquitetura e urbanismo voltado para a população de baixa renda, tem potencial de crescer atualmente em Recife?

| Bloco 04: Quantificando o impacto social

1. A cada ano, desde que o escritório foi criado, quantos projetos foram realizados?

2. Quantas famílias / pessoas foram impactadas de alguma forma pelos projetos de arquitetura/urbanismo realizados pelo escritório?

| Bloco 05: Sobre materiais de referência e finalização

1. Solicitar materiais sobre projetos do escritório que possam ser utilizados na pesquisa do TCC.

APÊNDICE B

- **Roteiro de entrevistas – Coletivos**

| Bloco 01: Dados pessoais

1. Nome?
2. Qual a sua função/cargo no coletivo?

| Bloco 02: Sobre o escritório

1. Qual o nome fantasia do coletivo? E a razão social (nome jurídico)?
2. Quando surgiu o coletivo?
3. Como foi a ideia de montar o coletivo?
4. Quais tipos de projeto o coletivo realiza atualmente?
5. Os projetos realizados têm foco em sustentabilidade ambiental?
6. Como se dá a sustentabilidade financeira do coletivo? Vocês trabalham através de parcerias? Como conseguem captar e fidelizar parceiros?

| Bloco 03: Sobre a sustentabilidade do escritório neste nicho de atividade

1. Quais as maiores dificuldades que o coletivo enfrenta para realizar o trabalho social?
2. Muito se fala sobre a dificuldade da população de baixa renda ter acesso a serviços de arquitetura e urbanismo. Mas existe também a dificuldade de o profissional acessar a população. No coletivo, vocês enfrentaram/enfrentam muita dificuldade em conseguir chegar nessas pessoas?
3. Qual a sua maior realização com o trabalho social feito no coletivo?
4. É possível perceber que a arquitetura e o urbanismo social são uma demanda muito grande e necessária em Recife, inclusive vemos alguns coletivos/cooperativas/escritórios voltadas para essa área na região. O que você acha que falta para que mais profissionais se interessem por esse nicho?

| Bloco 04: Quantificando o impacto social

1. A cada ano, desde que o coletivo foi criado, quantos projetos foram realizados?
2. Quantas famílias / pessoas foram impactadas de alguma forma pelos projetos de arquitetura/urbanismo realizados pelo coletivo?

| Bloco 05: Sobre materiais de referência e finalização

1. Solicitar materiais sobre projetos do coletivo que possam ser utilizados na pesquisa do TCC.